



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS E APLICADAS
FACULDADE DE ARQUIVOLOGIA**

LAUSON FAVACHO DE SOUZA REIS

SEMÂNTICA TEXTUAL E REPRESENTAÇÃO ARQUIVÍSTICA: parâmetros e estruturas para elaboração de um modelo ideal

BELÉM – PARÁ

2018

LAUSON FAVACHO DE SOUZA REIS

**SEMÂNTICA TEXTUAL E REPRESENTAÇÃO ARQUIVÍSTICA:
parâmetros e estruturas para elaboração de um modelo ideal**

Trabalho de Conclusão de Curso,
apresentado à Faculdade de Arquivologia da
Universidade Federal do Pará como parte da
avaliação para obtenção do título de bacharel
em Arquivologia.

Orientador: Prof. Dr. Thiago Henrique Bragato
Barros

BELÉM, PA

2018

Reis, Lauson Favacho de Souza.
Semântica Textual e Representação Arquivística: parâmetros e estruturas para elaboração de um modelo ideal / Lauson Favacho de Souza Reis. - . Belém/PA, 2018.
64 f.: 30 cm.

Monografia (Bacharelado em Arquivologia) - Universidade Federal do Pará, Faculdade de Arquivologia, 1º sem. 2018.

Bibliografia: f. 60-62

Orientador: Prof. Dr. Thiago Henrique Bragato Barros.

1. Representação Arquivística. 2. Linguística. 3. Semântica Textual. 4. Acessibilidade. 5. Difusão em Arquivos.

LAUSON FAVACHO DE SOUZA REIS

SEMÂNTICA TEXTUAL E REPRESENTAÇÃO ARQUIVÍSTICA:
parâmetros e estruturas para elaboração de um modelo ideal

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado na Faculdade de
Arquivologia da Universidade Federal do
Pará como parte da avaliação para
obtenção do título de bacharel em
Arquivologia.

Aprovado em: __ / __ / __

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Thiago Henrique Bragato Barros

Orientador

Prof. Me. Gilberto Gomes Cândido

Membro da Banca

Mestranda. Wanessa Rodrigues Martins

Membro da Banca

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho a três pessoas, primeiro, a minha amada mãe, mulher de garra e batalhadora; segundo, a minha querida avozinha, senhora íntegra e destemida; e terceiro, a memória eterna da minha amada irmãzinha Tâmil, que mesmo não estando mais entre nós, sempre fará parte de todas as nossas conquistas e realizações.

AGRADECIMENTOS

Ao Senhor Jesus Cristo, que me deu o fôlego de vida, infinita graça e misericórdia. Seus ensinamentos, por meio de sua preciosa palavra, me fazem crer e compreender cada vez mais, todos os seus propósitos para a minha vida.

A minha amada mãe, mulher de força e batalhadora, desde sempre sendo pai e mãe, enfrentou muitos desafios para que eu tivesse educação e formação. Hoje, podemos colher todos os bons frutos que você plantou. Agradeço a Deus pela sua vida e por ele ter feito você, a minha mãe!

A minha avozinha amada, pelos auxílios e pelos incentivos dados ao longo de toda a minha vida!

A minha equipe de atividades acadêmicas, nas pessoas de: Flamarion Mendes, Nélon Júnior, Fernando Alex e Dennis Albano. Aos demais colegas: Raí Rocha, Maria Luiza, Luis Felipe, Luziane Melo, Maria de Fátima, Francisca Almeida, Evelyn Santos, Adriana Oliveira,...!

Levarei comigo todas as recordações de dentro e de fora de sala, e algumas dessas amizades, com certeza continuarão para além da faculdade. Ter estado na companhia de vocês foi um imenso aprendizado para mim!

Aos meus amigos de trabalho no IFPA, Felipe Miranda e Fernanda Nascimento, por palavras que me ajudaram a ter ânimo e força de vontade.

Aos professores da graduação: Roberto Lopes, Renata Lira Furtado, Gilberto Cândido, Cristian Zapata, pelo conhecimento arquivístico repassado em sala de aula.

Ao Prof. Dr. Lucivaldo Barros pelo incentivo e pelos conselhos em momentos decisórios.

Ao meu orientador, Prof. Dr. Thiago Barros, pela confiança, incentivo e suportes oferecidos no decorrer desta monografia.

Ao CNPQ, pelo financiamento fornecido para efetivação e aplicação desta pesquisa.

A Faculdade de Arquivologia, pelas grandes oportunidades que tem proporcionado aos seus profissionais no mercado de trabalho.

RESUMO

A representação arquivística faz parte de um desdobramento teórico-conceitual recente no âmbito da Arquivologia, a qual visa à integração das atividades de classificação e descrição, como sendo parte de um único processo de representação e acessibilidade aos documentos arquivísticos. Almeja-se com essa pesquisa a utilização de critérios semânticos a serem adotados na organização de arquivos, contribuindo de forma sistemática para a construção de um referencial teórico e metodológico em torno da representação arquivística. Para este fim, tem-se como metodologia de pesquisa a semântica textual, visando à análise profunda de produções textuais a partir dos descritores dos instrumentos de pesquisa das instituições arquivísticas observadas. A tradição arquivística brasileira fará parte da delimitação do corpus de análise prático-teórica. Trabalha-se então com duas instituições arquivísticas distintas, o Arquivo Público Mineiro (APM) e o Arquivo Nacional Brasileiro (AN). O estudo dessas instituições compreenderá o micro-universo do projeto “A Representação Arquivística: elementos para a construção de um modelo de ensino ideal por meio da semântica textual a partir dos contextos australiano, canadense e brasileiro”. Obtiveram-se como resultados, fortes indicadores de subjetivismo nas descrições dos inventários dos fundos privados, bem como relativas ausências de conectividades entre inventários de uma mesma instituição. Espera-se que, por meio da sistematização teórica proposta e do modelo de ensino ideal a ser criado, este trabalho auxilie na consolidação da representação arquivística enquanto uma abordagem metodológica na tradição arquivística brasileira.

Palavras-chave: Representação Arquivística, Linguística, Semântica Textual, Acessibilidade, Difusão em Arquivos

ABSTRACT

Archival representation is part of a recent theoretical-conceptual development within the scope of Archivology, which aims at the integration of classification and description activities, as part of a single process of representation and accessibility to archival documents. The aim of this research is the use of semantic criteria to be adopted in the organization of archives, contributing in a systematic way to the construction of a theoretical and methodological reference around the archival representation. For this purpose, we have as a research methodology textual semantics, aiming at the deep analysis of textual productions from the descriptors of the research instruments of the observed archival institutions. The Brazilian archival tradition will be part of the delimitation of the corpus of practical-theoretical analysis. We work with two distinct archival institutions, the Arquivo Público Mineiro (APM) and the Arquivo Nacional Brasileiro (AN). The study of these institutions will comprise the micro-universe of the project "The Archival Representation: elements for the construction of an ideal teaching model through textual semantics from the Australian, Canadian and Brazilian contexts". We obtained as results, strong indicators of subjectivism in the descriptions of the inventories of private funds, as well as relative absence of connectivity between inventories of the same institution. It is hoped that, through the proposed theoretical systematization and the ideal teaching model to be created, this work will help consolidate the archival representation as a methodological approach in the Brazilian archival tradition.

Keywords: Archival Representation, Linguistics, Textual Semantics, Accessibility, Archival Diffusion

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

| | |
|---------|---|
| ABF | ARTHUR BERNARDES FILHO |
| AN | ARQUIVO NACIONAL |
| APM | ARQUIVO PÚBLICO MINEIRO |
| CDBH | CONSELHO DELIBERATIVO DE BELO HORIZONTE |
| DBTA | DICIONÁRIO BRASILEIRO DE TERMINOLOGIA ARQUIVÍSTICA |
| GPRAB | GRUPO DE ESTUDOS DE REPRESENTAÇÃO EM ARQUIVOS E BIBLIOTECAS |
| INS | INSTITUTO NACIONAL DO SAL |
| LT | LINGUÍSTICA TEXTUAL |
| NOBRADE | NORMA BRASILEIRA DE DESCRIÇÃO ARQUIVÍSTICA |

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Perspectivas de definições sobre Pragmática Textual

Quadro 2 – Definições sobre o Conceito de Texto

Quadro 3 – Elementos Essenciais de Construção de Sentido Textual

Quadro 4 – Aplicações da análise semântica ao inventário do Conselho Deliberativo de Belo Horizonte – CDBH

Quadro 5 – Aplicações da análise semântica ao inventário de Arthur Bernardes Filho

Quadro 6 – Aplicações da análise semântica ao inventário de Marquês do Lavradio

Quadro 7 – Aplicações da análise semântica ao inventário do Instituto Nacional do Sal – INS (Inventário Sumário dos Documentos Textuais e Impressos)

SUMÁRIO

| | |
|---|----|
| 1 INTRODUÇÃO | 12 |
| 2 REPRESENTAÇÃO DA INFORMAÇÃO ARQUIVÍSTICA: ABORDAGEM TEÓRICO- CONCEITUAL | 17 |
| 2.1 A Classificação enquanto função integrante da Representação Arquivística | 20 |
| 2.2 Descrição Arquivística: segundo processo da Representação Arquivística..... | 24 |
| 3 A LINGUÍSTICA ENQUANTO UMA CIÊNCIA: BREVE HISTÓRICO | 28 |
| 3.1 Usos da Linguagem: noções de Análises Textuais e Pragmática Textual..... | 30 |
| 3.2 Conceitos de Texto sob a ótica da Linguística Textual | 33 |
| 3.3 Considerações a respeito de Gêneros e Tipos Textuais | 36 |
| 3.4 Conceitos Semânticos..... | 37 |
| 3.5 Construção de Sentido Textual | 39 |
| 3.6 Procedimentos Metodológicos: análise semântica de Inventários de Instituições Arquivísticas Brasileiras..... | 43 |
| 4 APLICABILIDADE PRÁTICA EM REPRESENTAÇÃO ARQUIVÍSTICA NA TRADIÇÃO BRASILEIRA: Arquivo Público Mineiro e Arquivo Nacional Brasileiro | 45 |
| 4.1 Aplicações de elementos semânticos aos inventários do APM: Fundo do Conselho Deliberativo de Belo Horizonte e Fundo de Arthur Bernardes Filho..... | 46 |
| 4.2 Aplicações de elementos semânticos aos inventários do AN: Fundo de Marquês do Lavradio e Fundo do Instituto Nacional do Sal – INS. | 51 |
| 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS | 58 |
| REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS | 60 |

1 INTRODUÇÃO

A Representação Arquivística apresenta-se como uma nova vertente teórica no âmbito da Arquivologia, cujas principais características são acessibilidade, recuperação e difusão da informação. Diante das características expostas, têm-se as funções de Classificação e Descrição arquivística como sendo as principais responsáveis no alcance desses objetivos (RAB, 2015).

Através da Classificação Arquivística, torna-se possível a organização das massas documentais de acordo com assuntos genéricos e específicos, atribuídos pelo Arquivista por meio da leitura e interpretação dos tipos documentais identificados. A aplicação desta atividade será imprescindível para o controle dos documentos, tanto na recuperação, quanto nas determinações dos prazos de guarda.

Os códigos de classificação arquivística são elementos “notacionais” que representam os assuntos de modo a contemplar uma cadeia hierarquizada de informações, na qual é possível fazer a leitura mapeada dos documentos produzidos por uma instituição. Tem-se, portanto, várias “representações” nos documentos arquivísticos que viabilizam a sua organização e a sua recuperação.

A Descrição Arquivística, da mesma forma que a classificação, preconiza na aplicabilidade de sua atividade, a recuperação, o acesso e a difusão da informação arquivística. A diferença entre ambas está no rol de documentos que serão analisados. Enquanto que na atividade de classificação todos os documentos são apreciados, na atividade de Descrição, apenas os que já foram previamente classificados como “permanentes” serão objeto de detalhamento descritivo.

Na atividade de Descrição Arquivística são preconizadas as transcrições detalhadas de cada conjunto documental pertencente ao acervo, a fim de que essa massa documental seja recuperada, acessada e difundida amplamente a um público de pesquisadores. Para que esse objetivo seja alcançado, os principais produtos descritivos são utilizados, como os guias, os inventários e catálogos.

Conhecidos como instrumentos de pesquisa, os guias, os inventários e os catálogos fornecerão todas as informações necessárias para que um pesquisador encontre o documento ou a informação que pesquisa. Em cada um desses instrumentos, existem descritores que detalham os dados documentais dos níveis

mais gerais aos mais específicos, sendo eles representações que auxiliam na filtragem, seleção e utilização das informações contidas nos documentos.

Observa-se, portanto, que as duas funções arquivísticas mencionadas contemplam o mesmo fim, fazendo parte de um único processo, o da representação arquivística. A Classificação, no âmbito inicial da gestão documental, proporciona a organização, o controle e a recuperação, enquanto a Descrição, no contexto dos arquivos permanentes, viabiliza a acessibilidade e a difusão dos documentos.

Atualmente, o trabalho arquivístico descritivo pode ser realizado por meio de manuais criados pelo Conselho Internacional de Arquivos (ICA), os quais são reconhecidos internacionalmente, cuja principal finalidade seria a padronização das descrições arquivísticas, na tentativa das reduções de subjetividade quanto da realização desta atividade por parte dos profissionais arquivistas.

Neste contexto, surge a ISAD-G (General International Standard Archival Description), a ISAAR-CPF (International Standard Archival Authority Record for Corporate Bodies, Persons and Families), a ISDF (International Standard for Describing Functions) e a ISDIAH (International Standard for Describing Institutions with Archival Holdings).

No âmbito da arquivística brasileira, tem-se a NOBRADE (Norma Brasileira de Descrição Arquivística), sendo uma adaptação das normas internacionais ISAD-G e ISAAR-CPF, para aplicação de descrições no contexto das instituições arquivísticas brasileiras. De acordo com as especificações descritivas de cada uma das normas mencionadas acima, as construções dos principais instrumentos de pesquisa se tornam mais dinamizados.

Contudo, a forma como são feitas as descrições arquivísticas nos principais instrumentos de pesquisa (guias, inventários e catálogos), ainda ocorre de modo subjetivo e sem parâmetros, principalmente no que tange as estruturas semânticas dos descritores. Para isso, utiliza-se neste trabalho meios interdisciplinares entre a Arquivística e a Linguística, fazendo usufruto de categorias semânticas oriundos desta, como base metodológica de análise aos objetos daquela, numa proposta de padronização quando da criação ou construção desses instrumentos pesquisa.

Esta proposta de padronização aos produtos arquivísticos, surge com a iniciativa do Grupo de estudos de Representação em Arquivos e Bibliotecas (GPRAB), a qual vem desenvolvendo projetos de pesquisa relacionados à ampliação do arcabouço teórico sobre a representação do conhecimento, numa tentativa de

construção de um modelo de ensino ideal a ser criado para organização de Arquivos e Bibliotecas (RAB, 2015).

A utilização das categorias semânticas estabelecidas por Martins e Barros (2017), aos objetos selecionados neste trabalho, demonstram as ampliações de estudo sobre esta temática, na medida em que subsidia novas perspectivas de pesquisa, contribuindo sistematicamente aos objetivos oriundos do GPRAB.

Discutir-se-á, portanto, as descrições arquivísticas realizadas em inventários das instituições arquivísticas brasileiras: Arquivo Público Mineiro (APM) e o Arquivo Nacional Brasileiro (AN), tomando como referência elementos semântico-textuais, de modo a comparar como ocorrem as relações semânticas entre os inventários, e quanto ao uso e aplicação desses elementos entre seus descritores.

Desta forma, tem-se como objetivo geral proporcionar auxílio à construção de um referencial teórico e metodológico a respeito da Representação Arquivística no contexto brasileiro, tendo como base metodológica a semântica textual.

Pretende-se, através das análises dos descritores utilizados nos instrumentos de pesquisa das instituições Brasileiras, a identificação de características peculiares entre eles auxiliando na consequente organização dos acervos arquivísticos brasileiros, sobretudo quanto ao emprego da análise semântica nas produções desses instrumentos.

Assim, delimitaram-se os seguintes objetivos específicos:

- a) Verificar as diferentes abordagens em representação nas duas instituições selecionadas;
- b) Analisar como os arquivistas elaboram os instrumentos de pesquisas nas duas instituições selecionadas;
- c) Comparar as políticas em Representação Arquivística das duas instituições selecionadas;
- d) Examinar as políticas existentes no que se refere à Representação Arquivística;

Sendo uma disciplina dentro da estrutura curricular do curso de graduação em Arquivologia da Universidade Federal do Pará, ministrada em dois módulos pelo Prof. Dr. Thiago Henrique Bragato Barros, a Representação Arquivística aborda sobre os processos descritivos, de modo a discutir as utilizações dos manuais de normalização nas documentações arquivísticas.

Desta forma, esta pesquisa, justifica-se de modo a integrar o projeto: “**A Representação Arquivística Na Tradição Brasileira**: subsídios para a elaboração de um modelo ideal de ensino por meio da semântica textual”, preconizando a observação das estruturas semântico-textuais em descritores de inventários arquivísticos, coletando assim informações a respeito das: utilizações de manuais de normalização arquivística; de indicadores de subjetividade e imparcialidade nas descrições; e presença de conectividade entre os instrumentos de pesquisa por meio de descritores remissivos.

O interesse sobre a temática faz-se pertinente pelo fato de que ainda são poucos os trabalhos e pesquisas que se referem à representação arquivística enquanto processo unificado em duas atividades (classificação e descrição), e quanto ao usufruto interdisciplinar com a Linguística Textual, na proposta de modelos ideais de elaboração de “produtos arquivísticos”. Busca-se através deste projeto o desenvolvimento e o fomento de novas pesquisas, a fim de que sejam consolidados corpo teórico e metodologias de ensino em representação na tradição arquivística brasileira.

O trabalho está dividido em quatro principais capítulos, de modo que o segundo, “**Representação da Informação Arquivística: abordagem teórico-conceitual**” apresenta considerações a respeito do avanço teórico-conceitual sobre a representação arquivística enquanto nova vertente no âmbito da Arquivologia, de modo a destacar as funções de classificação e descrição arquivística, como fazendo parte desse processo.

Nos subtópicos deste capítulo são apresentados os percursos históricos tanto da classificação, quanto da descrição, no intuito de demonstrar como se deu a evolução epistemológica dessas funções, mostrando as principais correntes teórico-conceituais, bem como produtos resultantes destas atividades.

No terceiro capítulo, denominado “**A Linguística enquanto uma ciência: breve histórico**”, aborda-se sobre um breve traçado histórico de evolução referente a Linguística, explanando seus principais conceitos, e seus desdobramentos, de modo a contemplar seus objetos de análise: o texto e a semântica.

Nos subtópicos deste capítulo, destacam-se sobre os objetos: texto e semântica, mostrando de forma mais específica as peculiaridades gramaticais, a fim de que sejam compreendidos os elementos que serão escolhidos na aplicação dos instrumentos de pesquisa das instituições arquivísticas abordadas neste estudo.

No quarto e último capítulo, “**Aplicabilidade prática em Representação Arquivística na tradição brasileira: Arquivo Público Mineiro e Arquivo Nacional Brasileiro**”, expõem sobre os resultados obtidos da compreensão textual por meio da prática de leitura construída a partir da literatura abordada, nos descritores dos inventários das instituições analisadas, em seguida, encaminha-se às considerações finais.

2 REPRESENTAÇÃO DA INFORMAÇÃO ARQUIVÍSTICA: ABORDAGEM TEÓRICO-CONCEITUAL

A representação arquivística, ao longo dos últimos anos, vem sendo uma disciplina dentro da área Arquivística, objeto de grandes debates e discussões tanto por acadêmicos, como por pesquisadores, aos quais trançam esforços, a fim de que problemas provenientes da teoria e da prática desta atividade sejam solucionados. Para que possamos compreender esse processo arquivístico, explicaremos ao longo deste trabalho as principais atividades que possivelmente fazem parte da representação arquivística, abordando um panorama geral de evolução histórica e suas conseqüentes aproximações. Portanto, destacaremos a classificação arquivística e a descrição arquivística como sendo os pontos de partida desta pesquisa.

Embora a classificação e a descrição tenham sido uma das primeiras práticas efetivadas no universo arquivístico, com conceitos fundamentais relativamente coerentes, durante muito tempo não eram entendidos como um único processo. Atualmente, devido aos estudos e pesquisas levantados na literatura arquivística, tem-se a compreensão do orgânico-contextual, o que resulta de uma interação cada vez mais intensificada entre as atividades, proporcionando não só o entendimento de todo um contexto arquivístico, mas também o aprimoramento de duas atividades que estariam sendo realizadas de modo articulado e harmônico (BARROS, 2016, p. 35).

Na perspectiva da arquivística contemporânea, os desafios advindos das novas tecnologias resultam em motivar mudanças drásticas no tratamento dado aos documentos. Grande parte da massa documental passa a ser criada em ambiente digital. Suas finalidades são as mais diversificadas possíveis. Um mesmo conteúdo informacional irá tramitar em diferentes instituições, e dentre outras peculiaridades existentes nesse novo universo informacional, que o profissional da informação terá que gerenciar.

O resultado dessa dinâmica é o distanciamento da concepção de documento de arquivo como algo inerte e estático, para o puro objeto social e cultural construído e realçado pelo seu produtor. Conseqüentemente, o ato de descrição sofrerá influências externas de caráter social e funcional por aquele a quem as faz (TOGNOLI, 2012, p. 83).

Em frente à pluralidade de ações a qual o documento de arquivo passa a sofrer, é que Duffy e Harris (apud TOGNOLI, 2012) destacam:

O princípio da proveniência assume um caráter múltiplo em um contexto de produção contemporânea, onde o documento é produzido com o objetivo de apoiar várias atividades, passando por vários momentos de criação, em órgãos diferentes. Há, portanto, a necessidade de ligar o documento a todos os seus contextos, focando em todas as relações que foram estabelecidas entre ele e os órgãos que o utilizaram, para que sua natureza multifacetada possa ser inteiramente representada (p. 85).

De acordo com o exposto, o princípio da proveniência está diretamente relacionado à representação arquivística, uma vez que reflete diretamente a relação do documento com seu criador, bem como suas finalidades e possíveis sistemas que gerenciam a movimentação e o trâmite dessas informações.

Tanto o princípio da proveniência, quanto o fundo de arquivo, deverão ter entendimento conceitual e dinâmico, e não físico e/ou institucional, levando em consideração os aspectos culturais e sociais, além da observância dos contextos de atividades dos produtores e do sistema de informação tanto na organização, quanto na produção dos documentos, para então servir de base a uma adequada representação da informação, resultando numa descrição arquivística em níveis mais intelectuais.

Sobre esta ótica, a descrição arquivística não ficaria somente restrita ao conteúdo dos documentos, mas também na observância do contexto social e cultural que ensejaram a produção dos mesmos, e também a própria perspectiva subjetiva do arquivista, que será um fator influenciador direta e indiretamente em seu ato de descrever o acervo documental (TOGNOLI, 2012).

De acordo com esta prerrogativa, Bearman (1999) propõe que o arquivista deve entender os sistemas de informação, os procedimentos e as atividades que geraram o documento, para que seja facilitada a identificação do documento e suas características singulares. De acordo com esse autor, a representação subdividir-se-ia nas características das atividades humanas, das funções dessas atividades e dos sistemas de informações que produziram tais documentos.

Quanto às dificuldades encontradas para uma adequada aplicabilidade descritiva do princípio da proveniência e seus respectivos níveis internos (fundo, grupo e subgrupo), tem-se um fator intrincado, por serem elementos associados à

instituição, e seus departamentos ou setores, por conseguinte não revelam a materialidade física do documento apresentada tão somente a partir dos níveis das séries e subséries (BELLOTO, 2004).

Na concepção pós-moderna da literatura arquivística australiana, Scott (apud TOGNOLI, 2012) acentua que:

Há alguns problemas apresentados na aplicação do conceito de fundo nos arquivos (por exemplo, quando um fundo é criado a partir de documentos transferidos de outro órgão o risco é que eles possam perder a ordem original; ou quando séries parecidas são criadas por órgãos diferentes na mesma organização) que só podem ser solucionados com a aplicação das séries como categoria principal (p. 87).

Dessa forma, tem-se que para os principais autores da corrente pós-moderna, o nível do fundo limitaria a descrição documental na medida em que forneceria apenas uma única proveniência a um documento de arquivo. Deste modo, uma proposta mais viável e suscetível a múltiplas identificações seria a definição da série como sendo a primeira no nível das subdivisões dentro da estrutura da ordem original, em decorrência dos documentos a partir desse nível serem “palpáveis” ao ponto de adquirirem real interesse quanto objeto de análise tanto para a classificação, como para a descrição.

Ainda temos que, a descrição arquivística sob a perspectiva pós-moderna deverá ser uma atividade constantemente atualizada pelo profissional arquivista, uma vez que, a cada período de tempo transcorrido tem-se um novo contexto emergindo, e a cada usuário pesquisando nos arquivos um novo ponto de vista possivelmente aparecerá. Embora as informações fiquem armazenadas estaticamente nos documentos, sua compreensão sempre sofrerá influências externas advindas de cada realidade vivenciada na sociedade a qual está inserida (COOK, 2001).

Salientando as prerrogativas expostas e ressaltando a importância da corrente teórica da arquivística integrada, Oliveira (2010) destaca que a atividade de descrever os documentos poderá ser realizada desde a fase corrente ou intermediária, uma vez que, através de um plano de classificação onde estão dispostos os códigos de classificação refletindo as atividades e funções da instituição mantenedora da documentação; e da tabela de temporalidade,

instrumento na qual possibilita a visualização do ciclo de vida desses documentos, bem como sua destinação final seja ela eliminação ou guarda permanente, a disponibilização do acesso à informação arquivística estaria garantida desde os tramites iniciais do documento na instituição.

Levando em conta a crescente demanda digital das tecnologias de informação e comunicação, as informações e os documentos jamais tiveram sua acessibilidade tão viável ao alcance de qualquer pessoa ao ponto de que a mesma, dispondo de conhecimentos e de habilidades básicas, consiga ter êxito em suas pesquisas específicas.

Para tanto, faz-se imprescindível a utilização por parte do profissional da informação, o usufruto de metodologias do processo de indexação de documentos, bem como a utilização de seus recursos, a qual irá possibilitar a criação de termos ou palavras-chave, tornando-se uma partícula crucial em uma recuperação inteligente de informações proporcionada no ambiente digital (BARROS, 2016, p. 34).

De acordo com Barros (2016, p. 34), a possibilidade do uso e aplicação das técnicas de indexação, no âmbito da documentação arquivística, torna-se possível mesmo que tal atividade seja efetuada de forma cautelosa, tendo o arquivista a missão de adaptá-las da melhor forma possível às características das informações arquivísticas.

Por conta do avanço tecnológico, do ambiente digital e da grande interação e intensificação informacional na web, faz com que o arquivista deixe cada vez mais sua antiga postura de passividade em relação a seu trabalho quanto custodiador, mediador e disseminador da informação, para uma interface mais ativa, tornando-se aquele agente que através do seu conhecimento e subjetividade, tem a capacidade de gerir a informação de modo eficiente, eficaz, ético e moral a história do tempo presente, para que seja pesquisada pelos usuários em um futuro próximo (OLIVEIRA, 2010).

2.1 A Classificação enquanto função integrante da Representação Arquivística

A classificação arquivística, como aponta Barros (2016), “é considerada uma atividade limítrofe na medida em que constrói uma ponte entre as atividades de

gestão e as atividades de acesso e preservação documental”. Desta forma, podemos compreender a classificação arquivística como sendo a grande responsável pelo início de uma comunicação representativa entre o gerenciamento das informações e sua conseqüente acessibilidade.

No início do século XX, a atividade de classificação inicia o seu processo de evolução teórico-conceitual, passando a ter uma abordagem relacionada ao seu âmbito de atuação. De acordo com Jenkinson (1922), a classificação arquivística teria duas análises, uma encarregada da compreensão da administração e suas estruturas, e a outra, as divisões e subdivisões dos arquivos em classes e subclasses.

Um grande marco desta atividade ocorre de fato na década de 1950, com a consolidação teórica da classificação arquivística construída por Theodore R. Schellenberg, e dentre outros arquivistas norte-americanos, a partir dos anos de 1960-1970. De acordo com Schellenberg (1974), a classificação arquivística fornece métodos facilitadores ao trabalho no arranjo documental, além de mostrar claramente o todo de uma estrutura organizacional hierarquicamente dividida, sendo possível a visualização das relações entre os documentos de diferentes setores.

Tem-se bem claro a distinção daquilo que em regra devia ser praticado nos arquivos de valor primário e nos arquivos de valor secundário. Neste período, as teorias e os conceitos construídos por Schellenberg acabam tendo grande aceitação no meio arquivístico norte americano, no que resultaram em práticas praticamente semelhantes, mas que realizadas de forma desarticulada, ou seja, uma nos arquivos correntes e outra nos arquivos permanentes a qual adquire denominação terminológica “*Arranjo*”.

Na visão de Rousseau e Couture (1982), a classificação deve ser estabelecida na fase corrente para justamente possibilitar a rápida recuperação da informação, além de racionalizar o seu armazenamento e garantir, posteriormente, uma conservação eficaz. A teórica espanhola Heredia Herrera (1993) mostra que a classificação é comparada a uma dimensão intelectual que visa em repartir um conjunto de elementos estabelecendo classes, que integrados constituem-se como únicos, tendo a mesma especificidade.

Ressaltando a importância e as conseqüências da aplicabilidade da atividade de classificação arquivística, é notório observar que qualquer ato ou procedimento relativo à classificação tem repercussões sobre as demais atividades de tratamento

das informações, podendo possibilitar uma avaliação detalhada e profunda, além de tornar possível o alcance de objetivos estratégicos ao manter as informações essenciais e eliminando as supérfluas, bem como a dar subsídios ao começo de um programa de descrição (LOPES apud GARCIA; SCHUCH JÚNIOR, 2002, p. 47).

Garcia e Schuch Júnior (2002, p. 42), enfatizam que o plano de classificação, produto direto da classificação arquivística, deve ser elaborado desde o nascimento do documento, ainda na fase corrente, o que resultará na gestão dos mesmos em todo o seu ciclo de vida, culminando em sua posterior destinação final. Notoriamente, a corrente teórica desenvolvida por Schellenberg tornava a gestão documental em arquivos administrativos (fases corrente e intermediária) algo necessário e condizente ao passo que auxiliava o controle da massa documental desde o momento de sua produção.

Através da utilização do plano de classificação, o reconhecimento da estrutura e das funções de uma instituição é perceptível, à medida que a linguagem *notacional*, atribuída a ela, demonstra de forma indireta as respectivas hierarquias setoriais, bem como as funções e subfunções das mesmas, resultando em assuntos genéricos e específicos, sendo realizável o processo classificatório dos conjuntos de documentos.

Para que um plano de classificação seja elaborado de modo satisfatório, contemplando todas as especificidades de uma instituição, deverá ser levado em consideração o princípio da divisão em cadeia, que irá justamente dar especificações aos documentos dentro de uma cadeia hierárquica nos fundos de arquivo, mapeando-o internamente e obedecendo assim ao princípio da ordem original (RIOS; CORDEIRO, 2010).

Ao longo do século XX, a atividade de classificação arquivística passou a ter seu foco de análise na observância da estrutura e nas funções das instituições arquivísticas, diferentemente de como ocorria no século XIX, na qual se tinha uma classificação essencialmente por assunto, implantada, especialmente, por historiadores. Todavia, verifica-se que a junção de uma codificação notacional (característica fundamental de um plano de classificação), tanto de informações que representem a estrutura, como também a função de um órgão institucional, mostrou-se como uma vertente mais coerente a ser considerada na aplicabilidade de organização e gestão de documentos arquivísticos.

No que tange as características funcionais, poderá ter o arquivista a possibilidade de agrupar um conjunto de documentos de acordo com um assunto em comum, que os interligue organicamente de acordo com suas atividades específicas. Quanto à característica estrutural, poderá o arquivista traçar um mapeamento de organização lógica no acondicionamento físico dos conjuntos documentais, de modo a garantir a acessibilidade da informação baseado no sistema de recuperação notacional (RIOS; CORDEIRO, 2010, p. 126).

A classificação funcional ocorre com o emprego de assuntos aos quais representariam a estrutura interna da instituição, além de transparecer a ação, as funções e as atividades da mesma. Segundo Rios e Cordeiro (2010, p.127) “em uma suposição teórica, podemos concluir que os planos de classificação de documentos arquivísticos organizados pela estrutura funcional deverão refletir, de forma intensa, assuntos resultantes da faceta ação”.

A de se destacar que a prévia obediência ao princípio da proveniência acarreta num satisfatório procedimento classificatório de documentos, na medida em que se tem o conhecimento da ordem original e da entidade custodiadora de determinado acervo documental, viabilizando a elaboração de um plano de classificação que contemple fielmente a realidade particular daquela instituição tanto para documentos da atividade-meio, como para documentos da atividade-fim.

Na atual literatura arquivística identificou-se que a classificação realizada através de uma análise por funções, representou uma conquista singular, uma vez que revela algo específico e próprio na abordagem dada pela Arquivologia, como expressam Shepherd e Yeo (2003), “esquemas de classificação são baseados nas análises das funções, processos e atividades”.

Sobre o aspecto funcional da classificação arquivística e sua relação intrínseca à representação arquivística, Barros (2016) faz a seguinte declaração:

A classificação é uma atividade gerencial e de planejamento não só para os arquivos, mas para as administrações que geraram os documentos. Assim, a construção do plano de classificação deve contemplar as relações entre os documentos, mas não só essas, também, as relações entre os documentos e as pessoas, assim, o sistema de classificação se tornaria uma ferramenta útil e facilitadora da descrição e avaliação dos documentos. Assim, a classificação funciona como a base para todos os processos de organização de arquivos e evidentemente para a representação do conhecimento arquivístico (p. 36).

De acordo com a declaração acima, verificamos que o avanço na literatura arquivística atual é devido à análise funcional que a classificação arquivística está dando ao seu objeto. A percepção do contexto, das atividades e das funções de uma instituição é imprescindível para a criação do plano de classificação, que irá nortear todo o tratamento documental, além de fornecer subsídios suficientes para a descrição dos documentos.

2.2 Descrição Arquivística: segundo processo da Representação Arquivística

Como segundo objeto de estudo da representação arquivística, a descrição arquivística é aquela que surge como etapa posterior a da classificação, sendo a atividade que possibilitará a acessibilidade e a difusão da informação. Segundo Tognoli (2012), a descrição arquivística seria o segundo processo a ser executado dentro da representação arquivística, cujos objetivos são: prestar informação e dar acessibilidade aos documentos (objeto físico-material), bem como explicitar as características das estruturas e subestruturas de um fundo de arquivo, a exemplo dos grupos, subgrupos, séries, subséries e item documental.

Corroborando com o exposto acima, tem-se que a descrição arquivística é comparada a uma ponte que liga a informação armazenada nos documentos, ao usuário que a pesquisa. Com a falta de realização dessa atividade, será inviável a recuperação satisfatória do que se pretende pesquisar (HERRERA, 1993, p.300).

Da mesma forma que a classificação, a descrição arquivística surge como uma das primeiras atividades a serem realizadas nos arquivos. Para que se possa compreender sua dinâmica de atuação, faz-se necessária uma breve abordagem sobre sua evolução histórico-conceitual, a fim de que possam ser realizadas as discussões que abarcam a atual vertente que os pesquisadores estão construindo sobre o entendimento desta temática no universo representativo da informação arquivística. De acordo com Barros (2016):

A palavra descrição é originada do termo latino *description*, originado do termo *describere*, que significa transcrever, copiar, narrar, definir, distribuir, colocar em classes, escrever sobre. Portanto, o termo descrição arquivística significa, literalmente, escrever sobre o material arquivístico e abarca as ideias de representação, identificação e organização (p. 36).

Ao longo da história da humanidade, verifica-se que desde os primórdios de nossa civilização, os indivíduos transcreviam fatos e acontecimentos vivenciados em seu período. Embora tais transcrições não seguissem normas ou parâmetros lingüísticos aceitáveis em nossa atualidade, é perceptível, mesmo que de forma primitiva, as sociedades antigas criando meios ou maneiras de transcrever seus atos ou ações, no intuito desses registros serem perpetuados à posteridade, servindo, de certa forma, como prova ou algo concreto de determinado evento ocorrido, ou a simples necessidade da transmissão de conhecimentos adquiridos aos futuros sucessores.

A partir da Idade média, encontramos o primeiro instrumento de pesquisa elaborado, o inventário, que além de servir como material de armazenamento e acessibilidade para possíveis sucessores ou herdeiros de determinados bens materiais, oferecia provas da existência do referido documento, possibilitando também a intervenção de seu custodiador na gestão dos mesmos, sendo perceptível aqui uma incipiente função administrativa (BARROS, 2016).

Um grande marco para a literatura da área na vertente da descrição arquivística foi a publicação do manual dos arquivistas holandeses, escrito por Muller, Feith e Fruin datado do final do século XIX. Com a publicação desse manual a Arquivologia começa a se concretizar enquanto área científica, mesmo que o referido manual restrinja-se à técnicas, regras ou etapas a ser seguidas por profissionais que iriam desempenhar seu trabalho na organização de documentos permanentes (OLIVEIRA, 2010).

No século XIX, período na qual a Arquivística surge como disciplina tecnicista, a descrição arquivística refletia como uma atividade que apenas serviria para a elaboração ou criação de instrumentos de pesquisa, e não como uma atividade capaz de levar em consideração a descrição do documento como peça única; como conjunto documental, fazendo a correlação orgânica entre suas unidades informacionais; a relação semântica e contextual que abarcam a relação entre os documentos e seus criadores, os documentos e o contexto na qual estão inseridos, os documentos e a intervenção subjetiva do profissional da informação; e os possíveis diálogos conceituais existentes na literatura arquivística nacional e internacional, as quais são discutidas atualmente na área.

Na visão de Barros (2016), “descrever é um processo que permite ao arquivista representar – no sentido mais denotativo do termo – todo o conhecimento

que é mantido em seu arquivo”. Atrelando-se a descrição arquivística ao processo de representação da informação arquivística, Rodrigues (2003), diz que “a descrição é uma função-chave no que diz respeito à representação das informações arquivísticas e na possibilidade de acesso a elas”.

Corroborando com o exposto acima, Yakel (apud OLIVEIRA, 2010) defende que a representação arquivística é considerada:

Uma função arquivística comumente identificada como arranjo e descrição, processamento e, ocasionalmente, catalogação arquivística. O termo “representação arquivística”, mais precisamente, reúne as funções do arquivista de reordenar, interpretar, criar substitutos e desenhar arquiteturas para sistemas de representação que contêm esses substitutos do próprio material arquivístico ou de suas representações (p. 46).

Considerando o que foi exposto, a descrição arquivística é uma representação criada ou elaborada pelo arquivista envolvendo métodos e processos de pesquisa simples ou multifacetados, que afluem ao entendimento de um arquivo. Assim sendo, tem-se que os produtos de descrição (instrumentos de pesquisa), os “pontos de acesso” (termos de indexação) e o arranjo do acervo documental fariam parte da representação arquivística (OLIVEIRA, 2010).

A partir da década de 1980, tem-se na literatura arquivística um aperfeiçoamento das práticas da atividade descritiva, agora com a solidificação dos três principais instrumentos de pesquisas: o guia, o inventário e o catálogo. Tais instrumentos teriam suas próprias definições e objetivos específicos na execução do trabalho descritivo, sendo o guia responsável pela transcrição de informações mais gerais a respeito da instituição e dos fundos de arquivo ou conjunto de documentos que ali se encontram; o inventário, é aquele instrumento de pesquisa que servirá para a orientação e controle para o pesquisador, nele estarão descritas informações mais específicas a respeito dos fundos, seções e séries documentais; e por último, o catálogo, que trará informações sintetizadas a respeito dos itens documentais (HEREDIA HERRERA, 1982).

Os instrumentos de pesquisas mencionados acima, com a exceção dos inventários, não serão foco de detalhamento mais aprofundado neste trabalho, no entanto, a breve explicação de suas funcionalidades nos mostra elementos essenciais de representação da informação que contextualiza todo um conjunto

documental, que revela informações arquivísticas desde o nível do fundo até ao nível do item documental.

Com base no que tradicionalmente vem-se difundindo na literatura da área, a utilização dos instrumentos de pesquisas são imprescindíveis à recuperação da informação independentemente do nível em que ela esteja, entretanto, para que isso ocorra de forma satisfatória, o princípio da proveniência deverá ter seu entendimento bem definido. Devido à problemática de qual melhor forma poder-se-á compreender um fundo de arquivo, é que surgiram pesquisas pós-modernas, a exemplo das literaturas arquivística Canadense e Australiana sobre as quais discutem e propõem reflexões e sugestões para possíveis soluções para esses problemas.

3 A LINGUÍSTICA ENQUANTO UMA CIÊNCIA: BREVE HISTÓRICO

A linguagem está intrinsecamente relacionada à interação na forma de comunicação, quer seja oral ou escrita, entre as pessoas e as sociedades. A grande influência que leva ao homem o desenvolvimento da linguagem e o estabelecimento da comunicação com os outros indivíduos seria a detenção do próprio conhecimento, pois através deste, alcançar-se-ia um poder ou influência. Não obstante seja um tema corriqueiramente discutido na atualidade pelos lingüistas contemporâneos, pode-se constatar que desde a Grécia antiga, filósofos gregos empenhavam-se na arte do questionamento sobre a origem e o surgimento das palavras, se elas reproduziam as coisas ou “se os nomes são dados por pura convenção” (ORLANDI, 1986, p. 8).

Tem-se na Índia, com os antigos povos hindus, uma relação de interesse a respeito do desenvolvimento de sua comunicação, através do sânscrito (língua considerada sagrada na Índia antiga), a motivação pelo desenvolvimento da linguagem estava relacionado à religiosidade. Na Idade Média, buscou-se traçar uma teoria geral da linguagem, a partir da independência entre Gramática e Lógica. Sobre esta perspectiva, julgavam-se então três modalidades advindas da linguagem natural: “o *modus essendi* (de ser), o *intelligendi* (de pensamento) e o *significandi* (de significar)” (ORLANDI, 1986, p. 8-9).

Sobre a cientificidade da linguística na abordagem contemporânea, Orlandi (1986) declara que:

“A linguística é uma ciência recente: inaugurou-se no começo do século XX. Não foi sem dificuldades que a reflexão sobre a linguagem conseguiu impor-se como ciência. Para isso teve que demonstrar o apuro de seu método e a configuração precisa de seu objeto. A Linguística definiu-se, com bastante sucesso entre as Ciências Humanas, como o estudo científico que visa descrever ou explicar a linguagem verbal humana” (p. 9).

Ressalta-se que a linguística, tem como objeto o estudo e a análise de uma linguagem específica, ou seja, a linguagem verbal e oral seriam então os sinais que o homem produz quando do ato da comunicação, esses por sua vez são conhecidos como signos. Apesar de existirem diversos outros signos como, pinturas, código de trânsito, linguagem de sinais (ato de comunicação entre surdos e mudos), aquilo que

conhecemos de linguagem não-verbal, todavia, não abarcariam o universo aplicado de investigação da ciência Linguística (ORLANDI, 1986, p. 11).

Ao longo dos Séc. XVII e XIX, a linguística desenvolveu-se sob duas perspectivas, uma relacionada com uma **gramática geral** (séc. XVII), voltada a representação do pensamento, viés interligado a racionalidade na busca de uma língua única ou ideal a ser disseminada e aplicada entre as pessoas pelo uso da lógica; e a outra, associada à **gramática comparada** (séc. XIX), a qual rege a inconsistência da padronização das línguas, estando estas a constantes mudanças dialéticas de forma natural no transcorrer do tempo (ORLANDI, 1986, p. 13).

Atribui-se ao alemão F. Bopp a origem da linguística histórica (1816), que naquela oportunidade investigava a conjugação da língua sânscrita (língua ancestral do Nepal e da Índia), comparada às línguas: latina, grega, persa e germânica. Deste estudo, encontraram-se elementos em comum entre a língua sânscrita e as européias, surgindo então o conceito de línguas indo-européias, embora não existam registros documentais sobre elas, admitiu-se certo grau de parentesco entre elas, possibilitando a especulação da busca de uma “língua-mãe” ou primitiva, que originaria as demais (ORLANDI, 1986, p. 14).

Na observação das tendências mais comuns de variação entre letras de uma palavra, os lingüistas históricos, também conhecidos como neogramáticos formularam “as leis fonéticas”, na tentativa de explicação desse processo. Por conta disso, criaram uma escrita singular a fim de que essas variações fossem anotadas para posteriormente serem analisadas. De certa forma, essa escrita simbólica contribuiu significativamente à concepção da Linguística como uma ciência.

Como aponta Orlandi (1986):

“Ao construir esta escrita, a gramática histórica se utiliza de símbolos para descrever a própria língua. É isto a metalinguagem: usar a linguagem para falar da própria linguagem. Toda ciência tem de ter uma metalinguagem, pela qual estabelece suas definições, conceitos, objetos e procedimentos de análise. Há metalinguagens formais que utilizam símbolos abstratos, como fórmulas matemáticas e físicas; e metalinguagens não formais que usam a linguagem ordinária, como a História, a Antropologia, as ciências humanas em geral” (p. 16).

Nesta abordagem, merece destaque o lingüista suíço Ferdinand de Saussure, através de seu “Curso da Linguística Geral”, publicado em 1916, é considerado o pai

da Linguística Moderna. Seus estudos se baseavam principalmente na análise de anagramas, ou seja, um conjunto de letras que formavam uma palavra ou frase, e da permutação dessas letras, a configuração de outras palavras ou frases, no intuito de decifrar palavras implícitas por meio dos sons num enunciado poético. Ferdinand de Saussure é considerado uma referência para qualquer teoria linguística vigente. Ademais, sobre essa ciência construída por ele, surgem quatro disciplinas, sob quatro abordagens distintas: a sintaxe, a fonologia, a morfologia e a semântica (ORLANDI, 1986, p. 21-22).

Ferdinand de Saussure atribui à língua como sendo o objeto específico da linguística, conceituando-a como um sistema de signos, ou seja, um conjunto de elementos organizados formando um todo, e também a definindo como junção entre significante (imagem acústica) e significado (conceito). Saussure distingue língua da fala, na medida em que, para ele “a língua é um sistema abstrato, um fato social, geral, virtual; e a fala seria a realização concreta da língua pelo sujeito falante, sendo circunstancial e variável”. Na visão de Saussure a fala não pertenceria ao campo da linguística, por não ser sistemática, dependendo assim de um indivíduo falante. Em linhas gerais, para Saussure, contemplariam a base da ciência Linguística a língua, o valor e a sincronia (o estado atual do sistema da língua) (ORLANDI, 1986, p. 24).

3.1 Usos da Linguagem: noções de Análises Textuais e Pragmática Textual

Sobre o aspecto das análises textuais, faz-se necessário a compreensão da Linguística Textual, área advinda da própria Linguística, que tem recente desenvolvimento. Proveniente da Alemanha, a partir dos anos 1960, essa nova área teria como principal objeto de estudo o próprio texto. Os motivos que levaram a sua evolução foram lacunas das gramáticas de frase quanto à intervenção de fenômenos tais como: a pronominalização, a seleção dos artigos definidos e indefinidos, a correferência, a relação tópico-comentário, a entoação, a ordem das palavras no enunciado, as relações entre sentenças não ligadas por conjunções, à concordância dos tempos verbais entre outros que apenas seriam explicados em termos de contexto situacional e textual (FÁVERO; KOCH, 2012, p. 16).

Neste contexto podemos destacar que Conte (apud KOCH, 1997), aponta três principais momentos de transição entre a “teoria da frase à teoria do texto”, as quais seriam o da análise transfrástica, o das gramáticas textuais e o da teoria ou linguística do texto. Tais momentos não estariam vinculados necessariamente a uma ordem cronológica, mas em ordem tipológica.

Quanto ao primeiro momento, tem-se que a análise transfrástica buscou transcender os limites da frase, na tentativa de resolução de alguns fenômenos tais como: seleção do artigo, referenciação, relação semântica entre frases não ligadas por conectivo, concordância de tempos verbais, diferentes ocorrências de ordem prosódica, dentre outras. Num segundo momento, as gramáticas textuais teriam o “objetivo de refletir sobre fenômenos não explicáveis por meio da gramática sentencial”. Nesta perspectiva, tanto a frase como o texto sofreriam inconstância, sobretudo de ordem qualitativa (KOCH, 1997).

No terceiro momento, a fase da Teoria do Texto ou da Linguística Textual propõem-se a investigação do funcionamento, da constituição, da produção e a compreensão dos textos. Estes, a partir de então, são analisados dentro de seu contexto objetivo, ou seja, compreendido de modo genérico, como um conjunto de condições, que não estão no texto em si, a exemplo da recepção, produção e interpretação dos textos (KOCH, 1997, p. 70).

Sobre a ótica de uma análise a partir do estudo dos usos da linguagem, sobretudo ao que se refere ao contexto de um enunciado, das frases, expressões e do próprio texto escrito ou falado, a pragmática, como ramo da linguística, estuda a linguagem no âmbito da comunicação interpessoal. Destacam-se abaixo, algumas definições sobre Pragmática de acordo com a perspectiva de alguns linguistas:

Quadro 1 – Perspectivas de definições sobre Pragmática Textual

| AUTORES | DEFINIÇÕES |
|-------------------------|---|
| Moeschler | Há três domínios de fatos linguísticos que exigem a introdução de uma dimensão pragmática nos estudos linguísticos: os fatos de enunciação, de inferência e de instrução (FIORIN, 2003, p. 229). |
| Katz & Fodor | Consideram a pragmática uma teoria de seleção de contextos, para fazer um paralelo entre gramática e pragmática: a gramática, em sentido amplo, se ocuparia da atribuição de significado às formas linguísticas independentemente do contexto, ao passo que a pragmática se ocuparia da interpretação |

| | |
|-----------------------------|--|
| | dessas formas, levando em conta o que é acrescentado pelo contexto (LINS, 2007, p. 02). |
| John W. Oller, Jr. | a pragmática textual seria “a interação dinâmica entre o conhecimento do locutor a respeito do universo (incluindo as informações imediatamente percebidas) e as dimensões sintático-semânticas. Estas dimensões, entretanto, de nenhuma maneira são independentes (OLLER, 1972, p. 43-55, apud, FÁVERO; KOCH, 2013, p. 22). |
| Siegfried J. Schmidt | “significa a evolução da Linguística textual em direção a uma teoria pragmática do texto, que tem como ponto de partida o ato de comunicação – com todos os seus pressupostos psicológicos e sociológicos [...]” (SCHMIDT, apud, FÁVERO; KOCH, 2012, p. 21). |
| Yule | Define a Pragmática como “o estudo do significado do falante”. Isso quer dizer que essa disciplina tem como objetivo principal a preocupação com o estudo do significado que o usuário da língua quer dar à sua mensagem e, também, da significação que o ouvinte constrói ao interpretar determinada mensagem (LINS, 2007, p. 03). |
| Wolfgang Dressler | “constitui apenas um componente acrescentado a <i>posteriori</i> a um modelo preexistente de gramática textual.” (DRESSLER, 1970, apud, FÁVERO; KOCH, 2012, p. 21). |
| Fiorin | A Pragmática deve explicar como os falantes são capazes de entender não literalmente uma dada expressão, como podem compreender mais do que as expressões significam e por que um falante prefere dizer alguma coisa de maneira indireta e não de maneira direta. Em outras palavras, a Pragmática deve mostrar como se fazem inferências necessárias para chegar ao sentido dos enunciados. Há duas distinções fundamentais em Pragmática: significação versus sentido e frase versus enunciado (FIORIN, 2003, p. 232). |

Fonte: Martins (2016).

De acordo com as definições expostas, compreende-se que a pragmática textual se propõe a descrição do texto ou discurso de forma clara, conforme o tipo de objeto observado. A pragmática textual não se delimitaria a métodos ou modelos, e a simples abordagem das regras de gramática, a exemplo das gramáticas estruturais, funcional ou gerativo-transformacional, mas principalmente sobre o seu escopo, incluindo-se tanto os tipos de objeto, quanto problemáticas existentes dentro do seu campo de estudo (FÁVERO; KOCH, 2012 apud MARTINS, 2016).

Sobre a perspectiva da abordagem do contexto e ao esclarecimento das noções de sentido, tem-se que a semântica textual (parte integrada da Linguística Textual), levantaria questionamentos sobre regras apropriadas à determinação correspondente dos signos verbais no texto, bem como sua similitude no âmbito de um contexto, ressaltando que os significados alinhados dos signos dispostos num texto são conhecidos também de sentido (sinn) (FÁVERO; KOCH, 2012, p. 27).

Ao esclarecer a respeito das singularidades estudadas na Linguística Textual contemporânea, Martins (2016) mostra que:

“a Linguística Textual contemporânea estende sua análise do texto ao contexto, isto é, aos fatores que se encontram para além do texto. Esta forma de analisar não só é mais abrangente como muito mais profunda em termos semânticos do que até então se havia proposto em relação ao texto. É, portanto, esse viés mais prático e palpável, isto é, pragmático, que vai trazer uma renovação identitária à Linguística Textual a partir do século XX” (p. 25).

Observa-se, portanto, que a LT aos moldes contemporâneos, distancia-se cada vez mais das simples observações das “estruturas engessadas” do texto, para uma análise mais complexa e profunda dos possíveis entendimentos ou inferências que os textos ou enunciados possam transmitir culminando naquilo que se entende conceitualmente por pragmática textual e semântica textual.

3.2 Conceitos de Texto sob a ótica da Linguística Textual

Tem-se que na Linguística Textual, o principal objeto de análise é o “texto”, quer seja de aspecto oral ou de aspecto escrito estando este delimitado do início ao fim de modo explícito, sendo passível de limitações para então ser trabalhado pela LT. Sobre o aspecto explícito, podemos mencionar os sermões, os diálogos, os livros, dentre outros. A Linguística Textual não se destinaria ao estabelecimento de regras sintáticas, mas ao estudo dos detalhes do texto contidos “nos enunciados e frases dentro destes e na relação semântica contida entre estes em todo o contexto que envolve o texto”. Desta forma, a linguística do texto observa as relações entre as “palavras, frases e seu sentido” (FÁVERO; KOCH, 2012 apud MARTINS, 2016, p. 25).

A seguir são mostradas definições sobre o conceito de texto, de acordo com a visão dos principais autores da área:

Quadro 2 – Definições sobre o Conceito de Texto

| AUTORES | DEFINIÇÕES |
|----------------------------------|---|
| Ingedore Koch | Pode-se conceituar o texto como uma manifestação verbal constituída de elementos linguísticos selecionados e ordenados pelos falantes, durante a atividade verbal, de modo a permitir aos parceiros, na interação, não apenas a apreensão de conteúdos semânticos, em decorrência da ativação de processos e estratégias de ordem cognitiva, como também a interação (ou atuação) de acordo com práticas socioculturais (KOCH, 1992). |
| Van Dijk | Van Dijk (1972) procura, a princípio, elaborar uma gramática textual, projeto que abandona já na segunda metade da década de 1970, quando se volta mais para o estudo do que denomina <i>macroestruturas</i> textuais - e, por decorrência, à questão da produção de resumos; e <i>superestruturas</i> ou <i>esquemas textuais</i> - e, em consequência, à descrição de diversos tipos de texto, como, por exemplo, a narrativa, a notícia de jornal e o relato científico (cf. Van Dijk, 1977, 1978, 1979, 1980, 1981, entre outros). Já nessa época, bem como no início da década de 1980, passa a dedicar-se, parcialmente em co-autoria com Walter Kintsch (Van Dijk & Kintsch, 1983), ao estudo das estratégias de processamento textual, buscando construir um modelo de compreensão do discurso (KOCH, 1997, p. 73). |
| Siegfried j. Schmidt | é qualquer expressão de um conjunto lingüístico em um ato mais global de comunicação - isto é, em um "jogo de atuação comunicativa" - tematicamente orientado e preenchendo uma função locucionária reconhecível (KOCH, 1997, p. 71). |
| Beaugrande & Dressler | Procedem ao levantamento do que denominam critérios ou padrões de textualidade, que, segundo eles, seriam: coesão e coerência (centrados no texto); informatividade, situacionalidade, intertextualidade, intencionalidade e aceitabilidade (centrados no usuário) (KOCH, 1997, p. 72). |
| Harweg | Uma sucessão de unidades linguísticas constituída por uma cadeia de pronominalizações ininterruptas (KOCH, 1997, p. 70). |
| Wunderlich | Foi um dos principais responsáveis pela incorporação da pragmática nas pesquisas sobre o texto, tendo tratado, em suas obras, de questões relativas à dêixis, aos atos de fala e à interação face a face de modo geral (cf. Wunderlich, 1968, 1976, |

| | |
|-----------------------------|---|
| | 1985) (KOCH, 1997, p. 71). |
| Harald Weinrich | Define o texto como uma seqüência linear de lexemas e morfemas que se condicionam reciprocamente e que, também reciprocamente, constituem o contexto. Isto é, o texto é uma "estrutura determinativa", um "andaime de determinações", em que tudo está necessariamente interligado (KOCH, 1997, p. 70). |
| Fávero & Koch | Texto em sentido lato designa toda e qualquer manifestação e capacidade textual do ser humano, isto é, qualquer tipo de comunicação realizada através de um sistema de signos. Em sentido estrito, o texto consiste em qualquer passagem, falada ou escrita, que forma um todo significativo, independente de sua extensão. Trata-se, pois de uma unidade de sentido, de um contínuo comunicativo contextual que se caracteriza por um conjunto de relações responsáveis pela tessitura do texto – os critérios ou padrões de textualidade, entre os quais merecem destaque especial a coesão e a coerência (FÁVERO & KOCH, 1994, p. 25). |
| Costa Val | Texto ou discurso como ocorrência linguística falada ou escrita, de qualquer extensão, dotada de unidade sociocomunicativa, semântica e formal (VAL, 1991, p. 01). |
| Bernárdez | Texto é unidade linguística comunicativa fundamental, produto de uma atividade verbal humana, que possui sempre caráter social, está caracterizado por seu campo semântico e comunicativo, assim por sua coerência profunda e superficial, devida à intenção (comunicativa) do falante criar um texto íntegro, e à sua estruturação mediante os conjuntos de regras: as próprias de nível textual e as do sistema da língua (BERNÁRDEZ, 1982, p. 85). |
| Koch & Travaglia | Texto é uma unidade linguística concreta (perceptível pela visão ou audição), que é tomada pelos usuários da língua (falante, escritor/ouvinte, leitor), em uma situação de interação comunicativa específica, como uma unidade de sentido e como preenchendo uma função comunicativa reconhecível e reconhecida, independentemente de sua extensão (KOCH & TRAVAGLIA, 1992, p. 08-09). |
| Marcuschi | O texto deve ser visto como uma seqüência de atos de linguagem (escritos e falados) e não uma seqüência de frases de algum modo coesas. Com isto, entram, na análise do texto, tanto as condições gerais dos indivíduos como os conceitos institucionais de produção e recepção, uma vez que estes são responsáveis pelos processos de |

| | |
|--|--|
| | formação de sentidos comprometidos com processos sociais e configurações ideológicas (MARCUSCHI, 1983, p. 22). |
|--|--|

Fonte: Martins (2016).

Como observado nas definições acima, o texto está intrinsecamente relacionado à atividade humana sócio-cognitiva, de comunicação e interação social, independente de como elas ocorrem, quer seja de modo escrito ou falado, levando em consideração, principalmente, os elementos de coesão textual, coerência textual, informatividade, situacionalidade, intertextualidade, intencionalidade e aceitabilidade.

3.3 Considerações a respeito de Gêneros e Tipos Textuais

Destacando a LT e seus objetos de estudo, faz-se necessário uma abordagem a respeito dos gêneros textuais, que segundo Marcuschi (2002) seriam “formas verbais de ação social relativamente estáveis realizadas em textos situados em comunidades de práticas sociais e em domínios discursivos específicos”. Em decorrência de estreita similaridade entre os conceitos de gênero textual e tipo textual, indicaremos as principais características entre os conceitos, a fim de que sejam esclarecidas as suas diferenças.

Ao explicar as definições de tipo e gênero textual, Marcuschi (2002) orienta que se use:

“a expressão *tipo textual* para designar uma espécie de construção teórica definida pela *natureza linguística* de sua composição (aspectos lexicais, sintáticos, tempos verbais, relações lógicas). Em geral, os *tipos textuais* abrangem cerca de meia dúzia de categorias conhecidas como: *narração, argumentação, exposição, descrição, injunção*. E, usa-se a expressão gênero textual como uma noção propositalmente vaga para referir os textos materializados que encontramos em nossa vida diária e que apresentam características sócio-comunicativas definidas por conteúdos, propriedades funcionais, estilo e composição característica” (p. 21-22).

Os tipos textuais se limitam a estrutura diretamente relacionada ao texto em si, levando em consideração sequências linguísticas ou sequências dos enunciados; construção teórica definida pelas propriedades linguísticas específicas; conjunto limitado de categorias teóricas determinadas por aspectos lexicais, sintáticos, tempo

verbal e relações lógicas. Por outro lado, o gênero textual apresenta estrutura mais adaptável aos conteúdos das comunicações, ressaltando as propriedades sócio-comunicativas; constituindo-se em texto com funções nas situações comunicativas; abrangem um conjunto praticamente ilimitado de referências concretas de acordo com o canal, o conteúdo, função, composição e estilo (MARCUSCHI, 2002, p. 22).

Por possuírem aspectos bem mais flexíveis do que os tipos textuais, os gêneros textuais surgem, situam-se e integram-se funcionalmente nas culturas ou na sociedade na qual se desenvolvem. Diferentemente dos tipos textuais que apresentam particularidades linguísticas e estrutura rígida, os gêneros textuais se caracterizam por suas funções cognitivas, institucionais e comunicativas.

Embora sejam evidentes as diferenças entre ambos, Martins (2016) declara que:

“Dentro da categoria dos gêneros textuais é possível encontrar vários tipos textuais em um único gênero textual. Por exemplo, é possível notar na bula de um remédio (gênero) a descrição (tipo textual) de cada substância que compõe a fórmula daquele medicamento bem como a posologia, a exposição (tipo textual) das possíveis reações adversas” (p. 28).

Desta forma, infere-se que os gêneros textuais para a composição e na construção da estruturação dos textos, apropriam-se de componentes gramaticais e linguísticos revelando seu status de maleabilidade e flexibilidade diante ao seu processo de desenvolvimento. No tópico seguinte, serão apresentados alguns conceitos semânticos, para que sejam compreendidos como se dão ou como ocorrem as construções de sentido dos textos.

3.4 Conceitos Semânticos

A Semântica é um campo de estudo no âmbito da linguística que analisa a significação das palavras e também das sentenças, a fim de que seja alcançado o sentido de uma informação num determinado contexto. Tem-se a palavra escrita ou falada, como sendo o signo linguístico verbal e que se divide em duas partes, a primeira seria o significante no âmbito do plano de expressão (parte física, sonora e escrita); e a outra, o significado relacionado ao plano de conteúdo, ou seja, em cada

um dos significantes há uma inserção de conteúdo resultando na formação da palavra, por meio da junção entre significantes e significados (FIORIN, 2003, p. 497).

A partir disso, compreende-se então o conceito de polissemia, que elucida justamente quando um plano de expressão (significantes) serve como base para mais de um plano de conteúdo (significado). Destarte, usa-se apenas uma palavra (significante), que poderá exprimir sentidos distintos conforme a sentença empregada em seu contexto específico.

Portanto, o que determina a filtragem da polissemia por meio de uma palavra (significante), adquirindo sentidos distintos em sentenças ou frases distintas, é o contexto linguístico. O contexto linguístico é uma unidade linguística de âmbito maior, as quais se inserem outras de dimensões menores. Tem-se, então, um processo de significado textual, iniciando no contexto das palavras, depois estas dentro do contexto de uma frase, estas inseridas no contexto de um parágrafo, que por fim, este último dentro de um contexto do próprio texto (FIORIN, 2003, p.529).

Ao adentrarmos no entendimento de contexto, surge a diferenciação de Denotação e Conotação. Conforme explica Fiorin (2003, p. 543), a Denotação se refere à significação básica da palavra, sentido oficial do signo linguístico ou conceito de origem de uma palavra num determinado tempo. Por outro lado, a Conotação exprime a readaptação de sentido do signo linguístico, representa uma significação derivada ou acréscimo de significado a palavra ou termo (FIORIN, 2003, p. 84).

Ainda sobre o aspecto semântico, Fiorin (2003, p. 519) admite que o conceito de Sinonímia reflita na identificação de significado entre duas palavras, de modo que da alteração delas, o entendimento da sentença não fica prejudicado. E, como conceito inverso, a Antonímia representa a incompatibilidade de significado entre duas palavras, ao passo que na troca de uma palavra por outra, todo entendimento torna-se modificado (FIORIN, 2003, p. 521).

Quanto à impossibilidade do entendimento total de uma sentença, Fiorin (2003, p.557) afirma que a Ambiguidade é um conceito semântico relacionado à duplicidade de sentido quando em função da estrutura da sentença não é possível o reconhecimento de apenas um significado, mas, dois ou mais. De acordo com o autor, a ambigüidade analisada sobre o ponto de vista linguístico se apresentaria em três principais tipos: gramatical, fonética e lexical.

Ao conceito de Acarretamento, depreendem-se quando uma significação permite a conclusão ou dedução de outro entendimento. Existem, portanto, dois tipos de Acarretamento, a hiponímia e a hiperonímia. A hiperonímia significa sentido amplo, e a hiponímia significa sentido específico. Há de se destacar que ambos os elementos (hiponímia e hiperonímia) funcionaria do ponto de vista comparativo (FIORIN, 2003, p. 523).

Na perspectiva da aproximação entre as palavras, surgem os conceitos de homônimos e parônimos. Os homônimos são vocábulos que se pronunciam da mesma forma, mas que diferem no sentido podendo ter grafia e pronúncia idêntica. Os parônimos são vocábulos que apresentam certa semelhança de grafia e de pronúncia, mas que têm significado distinto. Percebe-se, então, que a principal característica dos homônimos é a igualdade tanto na escrita, como na pronúncia, ou em ambos, e os parônimos por sua vez jamais terão uma igualdade, possuindo apenas certa semelhança na escrita e na pronúncia.

Analisando os aspectos dos homônimos e da polissemia, que foi exposta no início desta abordagem temática, identifica-se certa semelhança entre os conceitos de ambas, contudo, passível de esclarecimento. A diferença essencial entre homônimos e a polissemia é que neste usa-se sempre um único termo, sempre o mesmo significante com vários significados diferentes em razão do contexto, e, naquele ocorre à utilização de duas ou mais palavras, que por coincidência são escritas ou pronunciadas da mesma maneira (ZAVAGLIA, 2003, p. 252-253).

Para contemplação do objetivo desta pesquisa, destacar-se-á a seguir as principais unidades semânticas escolhidas na construção de sentido do texto, para posterior aplicação aos inventários selecionados desta pesquisa.

3.5 Construção de Sentido Textual

Com base nos principais elementos extraídos dos conceitos de texto, torna-se possível a construção do sentido textual. Mencionam-se, portanto, as categorias de análise estabelecidas por Martins (2016) e Martins e Barros (2017) os quais abordam de maneira explicativa os elementos formulados por Beugrande & Dressler (1981), e demais elementos que não foram citados por estes, mas conceituados por

outros, a exemplo: dos Fatores de Contextualização; Consistência e Relevância; e Focalização.

Por meio da utilização desses elementos se farão as análises aos instrumentos de pesquisa das instituições arquivísticas escolhidas deste trabalho. Todos os elementos extraídos são categorias constituintes da macroestrutura da construção e compreensão da semântica textual. Seguem abaixo as principais concepções desses elementos:

Quadro 3 – Elementos Essenciais de Construção de Sentido Textual

| ELEMENTOS | CONCEPÇÃO |
|-------------------------|--|
| Coerência | Diz respeito ao modo como os elementos subjacentes à superfície textual entram numa configuração veiculadora de sentidos (KOCH, 2015, p. 49). |
| Coesão Textual | A forma como os elementos linguísticos presentes na superfície textual se interligam se interconectam, por meio de recursos também linguísticos, de modo a formar um “tecido” (tessitura), uma unidade de nível superior à da frase, que dela difere qualitativamente (KOCH, 2015, p. 45). |
| Informatividade | A informatividade diz respeito, por um lado, à distribuição da informação no texto, e, por outro, ao grau de previsibilidade/redundância com que a informação nele contida é veiculada. Quanto à distribuição da informação , é preciso que haja um equilíbrio entre a informação dada e a informação nova. [...] Quanto ao grau de previsibilidade ou expectabilidade da informação , um texto será tanto menos informativo quanto mais previsível (redundante) for a informação que trás. Há, portanto, graus de informatividade: um texto cuja informação seja toda apresentada da forma mais previsível terá baixo grau de informatividade; se a informação for introduzida, pelo menos em parte, de forma menos esperada, menos previsível, haverá um grau médio de informatividade; e, se toda informação for apresentada de maneira imprevisível, o texto terá um grau máximo de informatividade e exigirá um grande esforço de processamento, podendo assim, à primeira vista, parecer pouco coerente (KOCH, 2015, p. 50). |
| Situacionalidade | Pode ser considerada em duas direções: da situação para o texto e vice-versa. No primeiro |

| | |
|---------------------------------|---|
| | <p>sentido, a situacionalidade refere-se ao conjunto de fatores que tornam um texto relevante para a situação comunicativa em curso ou passível de ser reconstituída. Trata-se, neste caso, de determinar em que medida a situação comunicativa, tanto o contexto imediato de situação como o entorno sócio-político-cultural em que a interação está inserida, interfere na produção/recepção do texto, determinando escolhas em termos, por exemplo, de grau de formalidade, regras de polidez, variedade linguística a ser empregada e tratamento a ser dado ao tema etc. No segundo sentido, é preciso lembrar que o texto tem reflexos importantes sobre a situação, visto que o mundo textual não é jamais idêntico ao mundo real. Ao constituir um texto, o produtor reconstrói o mundo de acordo com suas experiências, seus objetivos, propósitos, convicções, crenças, isto é, seu modo de ver o mundo. O interlocutor, por sua vez, interpreta o texto de conformidade com seus propósitos, convicções e perspectivas. Há sempre uma <i>mediação</i> entre o mundo real e o mundo construído pelo texto (KOCH, 2015, p. 49).</p> |
| <p>Intertextualidade</p> | <p>Compreende as diversas maneiras pelas quais a produção/recepção de um dado texto depende do conhecimento de outros textos por parte dos interlocutores, ou seja, dos diversos tipos de relação que um texto mantém com outros textos (KOCH, 2015, p. 51).</p> |
| <p>Aceitabilidade</p> | <p>É a contraparte da intencionalidade. Refere-se à concordância do parceiro em entrar num “jogo de atuação comunicativa” e agir de acordo com suas regras, fazendo o possível para levá-lo a um bom termo, visto que, como postula Grice (1975), a comunicação humana é regida pelo Princípio de Cooperação. Em sentido restrito, refere-se à atitude de interlocutores de aceitarem a manifestação linguística do parceiro como um texto coeso e coerente, que tenha para eles alguma relevância. Deste modo, mesmo que o texto tenha incoerências locais ou pareça a princípio incoerente, o leitor/ouvinte fará o possível para atribuir-lhe um sentido (KOCH, 2015, p. 51).</p> |
| <p>Intencionalidade</p> | <p>Refere-se aos diversos modos como os sujeitos usam textos para perseguir e realizar suas intenções comunicativas, mobilizando, para tanto, os recursos adequados à concretização dos objetivos visados; em sentido restrito, refere-se à intenção do locutor de produzir uma manifestação linguística coesa e coerente, ainda que essa</p> |

| | |
|------------------------------------|--|
| | intenção nem sempre se realize integralmente [...] (KOCH, 2015, p. 51). |
| Fatores de Contextualização | Para Marcuschi (1983) é preciso que se inclua este fator pelo fato de ancorar o texto nas situações de comunicação. Dos quais propõe dois subtipos: os contextualizadores propriamente ditos (data, local, assinatura, timbre, em documentos oficiais, diagramação, localização na página ou em cadernos, em se tratando de textos jornalísticos, recursos gráficos em geral); e prospectivos, que permitem avançar expectativas sobre o texto (título, nome do autor, início do texto). Esses elementos são, muitas vezes, decisivos para a interpretação (KOCH, 2015, p. 52). |
| Consistência e Relevância | Apresentado por Giora (1985) compreende que a condição de consistência exige que todos os enunciados de um texto possam ser verdadeiros, isto é, não contraditórios dentro de um mesmo mundo ou dentro dos diversos mundos representados num texto. O critério da relevância exige que o conjunto de enunciados que compõem o texto seja relevante para um mesmo tópico discursivo, isto é, que os enunciados sejam interpretáveis como predicando algo sobre um mesmo tema. Assim, a relevância não se dá linearmente entre pares de enunciados, mas entre conjuntos de enunciados e um tópico discursivo (KOCH, 2015, p. 53). |
| Focalização | Koch e Travaglia (1989) acrescentam este critério com base nos estudos de Grosz (1981) na área de Inteligência Artificial, que se refere à concentração de usuários, no momento da interação verbal, em apenas uma parte de seu conhecimento, bem como a perspectiva sob a qual são vistos os componentes do mundo textual. Diferenças de focalização podem causar problemas sérios de interincompreensão. Dependendo da focalização um mesmo texto pode ser lido (ou construído) de formas inteiramente diferentes. A focalização permite determinar, também, o significado, no texto, de palavras homônimas e polissêmicas, bem como o uso adequado de certos elementos linguísticos de valor dêitico, como é o caso dos verbos ir e vir, cujo emprego depende da direção do movimento focalizado. A focalização é, ainda, responsável pela escolha de descrições ou expressões nominais, na construção/reconstrução de referentes textuais (KOCH, 2015, p. 53). |

Fonte: Martins e Barros (2017).

Feitas abordagens a respeito da Linguística Textual; Análise Textual; Pragmática Textual; conceitos de Texto (Tipos e Gêneros); conceitos Semânticos; e compreensões dos elementos essenciais de construção de sentido do texto estão garantidos aportes consistentes à análise semântica das estruturas textuais dos inventários das instituições escolhidas neste trabalho.

3.6 Procedimentos Metodológicos: análise semântica de Inventários de Instituições Arquivísticas Brasileiras

O método de pesquisa caracteriza-se por ser um estudo qualitativo, exploratório, bibliográfico e documental, tendo a Semântica Textual com uma metodologia de análise para a compreensão dos caminhos da Representação Arquivística por meio dos instrumentos de pesquisa das instituições analisadas.

Faz-se necessário, portanto, as explicações a respeito das características dos tipos de pesquisa mencionadas acima. Quanto à definição de metodologia científica, tem-se que, “a metodologia é a aplicação de procedimentos e técnicas que devem ser observados para construção do conhecimento, com o propósito de comprovar sua validade e utilidade nos diversos âmbitos da sociedade” (PRODANOV; FREITAS, 2013, p. 14).

Quanto à pesquisa qualitativa, pode-se compreender através das seguintes características, “objetivação do fenômeno; respeito ao caráter interativo entre os objetivos buscados pelos investigadores, suas orientações teóricas e seus dados empíricos” (GERHARDT; SILVEIRA, 2009, p. 32).

As pesquisas exploratórias, “tem como objetivo proporcionar maior familiaridade com o problema, com vistas a torná-lo mais explícito ou a constituir hipóteses, o aprimoramento de ideias ou a descoberta de intuições” (GIL, 2002, p. 41).

Sobre a pesquisa bibliográfica, entende-se como um tipo de pesquisa que, “abrange toda bibliografia já tornada pública em relação ao tema de estudo, refletida em: boletins, jornais, revistas, livros, monografias, teses, [...]” (LAKATOS; MARCONI, 2003, p. 183).

A respeito da pesquisa documental as autoras dão a seguinte definição: “a característica da pesquisa documental é que a fonte de coleta de dados está restrita

a documentos, escritos ou não, constituindo o que se denomina de fontes primárias” (LAKATOS; MARCONI 2003, p.174).

Tanto a pesquisa bibliográfica, quanto a pesquisa documental, apresentam algumas semelhanças, no entanto pode-se verificar que a distinção entre elas encontra-se na fonte. A pesquisa documental é feita em materiais que ainda não receberam tratamento analítico, e que estariam passíveis de reelaboração dependendo do foco ou do objeto da pesquisa (GIL, 2002, p. 45).

A semântica textual é uma vertente teórica como sendo uma parte da linguística textual, incumbida da análise e dos questionamentos sobre as regras válidas para a determinação dos signos verbais correspondentes dentro do texto e respectiva analogia dentro de um contexto (FÁVERO; KOCH apud MARTINS, 2016).

A análise do trabalho ocorreu em três fases teórico-metodológicas, baseando-se principalmente na análise bibliográfica nas áreas de Representação e Semântica Textual, e ainda questionários direcionados aos produtos da Representação Arquivística no âmbito do APM e do AN.

Na primeira fase, efetuou-se um levantamento bibliográfico exaustivo a respeito da Representação Arquivística, ressaltando seus princípios teóricos, seu uso na atualidade, como se constituíram e se constituem esta vertente teórica baseada na interação das funções arquivísticas de classificação e descrição.

Na segunda fase, discutiu-se sobre os preceitos da Semântica Textual cujo levantamento foi predominantemente bibliográfico a qual se procurou por meio da exposição teórica sobre linguística, gêneros textuais e conceitos semânticos a extração de elementos que subsidiam a análise semântico-textual dos descritores dos inventários das instituições arquivísticas analisadas.

Por fim, a operação de Semântica, após o desenvolvimento e aplicação dos questionários e do acesso aos produtos da representação, ou seja, aos instrumentos de pesquisa das instituições analisadas, com vistas a subsidiar metodologicamente a criação do modelo ideal de ensino em Representação Arquivística, através da comparação entre os diferentes descritores observados.

4 APLICABILIDADE PRÁTICA EM REPRESENTAÇÃO ARQUIVÍSTICA NA TRADIÇÃO BRASILEIRA: Arquivo Público Mineiro e Arquivo Nacional Brasileiro

Nesta pesquisa foram escolhidas duas instituições arquivísticas de âmbito nacional, a fim de que sejam ampliadas as discussões em torno da representação arquivística na tradição brasileira. Assim, optou-se pela análise do Arquivo Público Mineiro (APM) e do Arquivo Nacional Brasileiro (AN), como sendo duas renomadas instituições da região sudeste do Brasil, ainda que distintas, mas, que apresentam elevada conceituação profissional na área arquivística brasileira.

Delas, selecionamos quatro inventários, sendo dois do APM e dois do AN. Quanto da escolha dos inventários optou-se pela seleção de fundos de caráter pessoal e institucional.

No Arquivo Público Mineiro, os inventários dos fundos de arquivo público e privado, respectivamente:

- Conselho Deliberativo de Belo Horizonte – CDBH e;
- Arthur Bernardes Filho – ABF

Aos inventários do Arquivo Nacional, os fundos de arquivo: pessoal e institucional, respectivamente:

- Marquês do Lavradio e;
- Instituto Nacional do Sal – INS (Documentos Textuais e Impressos)

Sendo um importante instrumento de pesquisa na fase das atividades de descrição de acervos documentais de característica permanente, os inventários, juntamente com os guias e os catálogos, são responsáveis pela intermediação entre os pesquisadores e os documentos garantindo assim a acessibilidade aos mesmos.

Quanto ao nível de detalhamento das informações, os inventários estariam num patamar intermediário, na medida em que fornecem informações genéricas a respeito dos fundos de arquivos, e de seus respectivos documentos, bem como suas disposições físicas no acervo por meio dos quadros de arranjo.

Para melhor entendimento a respeito de instrumento de pesquisa e inventário, faz-se necessária a exposição de suas definições. Conforme o Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística (DBTA), o Instrumento de Pesquisa é o “meio que permite a identificação, localização ou consulta a documentos ou a informações

neles contidas. Expressão normalmente empregada em arquivos permanentes” (ARQUIVO NACIONAL, 2005, p. 108).

Os Inventários, em conformidade com DBTA é um:

“instrumento de pesquisa que descreve, sumária ou analiticamente, as unidades de arquivamento de um fundo ou parte dele, cuja apresentação obedece a uma ordenação lógica que poderá refletir ou não a disposição física dos documentos” (ARQUIVO NACIONAL, 2005, p. 109).

Contemplando o objetivo desta pesquisa, apresentaremos adiante as análises semânticas nas respectivas instituições conforme construção teórica levantada em torno da representação arquivística e da linguística textual.

4.1 Aplicações de elementos semânticos aos inventários do APM: Fundo do Conselho Deliberativo de Belo Horizonte e Fundo de Arthur Bernardes Filho.

Quadro 4 – Aplicações da análise semântica ao inventário do Conselho Deliberativo de Belo Horizonte – CDBH

| Fundo Público: CDBH (Inventário) | |
|---|--|
| Coerência | O Texto se apresenta de modo uniforme e estruturado, possibilitando a compreensão de seu sentido, por meio das palavras, frases e parágrafos. As descrições contemplam de forma plena aos seus respectivos descritores, estando todo o corpo do texto numa sequência logicamente adequada. |
| Coesão Textual | A correlação entre as palavras, frases e parágrafos apresentam conectores gramaticalmente adequados, possibilitando o entendimento lógico da parte e do todo do corpo textual, além de estar em conformidade com o sentido principal sugerido em seu título. |
| Informatividade | O texto se apresenta de forma sucinta e clara, no entanto, para o critério de informatividade, |

| | |
|---------------------------------|--|
| | <p>observa-se que possui o nível mais elevado na transmissão da informação apresentando termos técnicos, haja vista, sua linguagem esteja direcionada a um público específico, ou seja, aos profissionais da área arquivística.</p> |
| <p>Situacionalidade</p> | <p>A massa documental deste fundo foi produzida em decorrência das atividades e funções do CDBH. Dentre as principais competências, tinha-se o voto dos impostos, e o ato de decretar despesas e serviços peculiares da administração da capital do Estado de Minas Gerais.</p> <p>Em decorrência dessa atividade foram produzidos inúmeros tipos documentais, como: atas de sessões do Conselho, portarias, registro de títulos de nomeação e matrícula dos membros CDBH, correspondências, pareceres, projetos, decretos, concessões, congratulações, vencimentos, gratificação e efetivação de cargos públicos, e outros documentos relacionados a obras e serviços públicos.</p> <p>Verifica-se, portanto, a imparcialidade ao longo do texto ficando bem clara a transmissão das informações de forma direta e sem nenhum indicador de subjetivismo por parte de quem as descreveu.</p> |
| <p>Intertextualidade</p> | <p>Não há necessidade de prévio conhecimento de outros textos para compreensão deste inventário. No entanto, cabe destacar a existência de descritor que faz remissiva a pesquisa em outros inventários da instituição (APM), em decorrência de assimilação das informações contidas neste fundo e em outros, que constituíram ou constituem o poder legislativo na região, por ocasião de</p> |

| | |
|------------------------------------|---|
| | possíveis semelhanças ao contexto abordado. |
| Aceitabilidade | Não se aplica. |
| Intencionalidade | Por ser um instrumento de pesquisa, os inventários possuem a característica intrínseca de informar, difundir e dar acesso a documentação de um acervo arquivístico. Portanto, trata-se de um texto completamente intencional em seu propósito primário. |
| Fatores de Contextualização | Encontra-se especialmente no descritor referente ao Histórico, podendo ser perceptível a datação das principais legislações que estiveram relacionadas ao surgimento do fundo, bem como a instauração do poder legislativo no Estado de Minas Gerais; e no quadro de Arranjo onde se encontra as datas-limites dos tipos documentais. |
| Consistência e Relevância | É perceptível a consistência ao longo dos enunciados do corpo do texto e a relação coerente entre as descrições e seus respectivos elementos descritores, bem como a veracidade e a autenticidade das informações, haja vista o CDBH ter sido uma entidade vinculada ao Poder Legislativo Municipal nacionalmente reconhecida. A relevância se dá pelo fato de o texto se encontrar de forma estruturada apresentando descrição baseada na NOBRADE, e, em seguida, seu quadro de Arranjo confirmando assim seu objetivo, enquanto instrumento de pesquisa, aos fins que lhe são atribuídos, sendo identificada a conformidade semântica das partes do texto ao tema principal do documento. |
| Focalização | Não se aplica. |

Fonte: Elaborado pelo autor. Dados da pesquisa 2018.

Quadro 5 – Aplicações da análise semântica ao inventário de Arthur Bernardes Filho

| Fundo Privado: ABF (Inventário) | |
|--|---|
| Coerência | As descrições estão dispostas de forma logicamente coerente aos seus respectivos descritores, bem como toda a disposição da estrutura textual. O sentido do texto, portanto, encontra-se garantido. |
| Coesão Textual | Não há nenhuma inconsistência quanto ao entendimento das estruturas textuais. Os conectores utilizados para interligar os enunciados estão distribuídos de forma gramaticalmente correta, possibilitando o entendimento geral do texto. |
| Informatividade | O texto se encontra de forma objetiva e direta progredindo logicamente, na medida em que são percorridas as informações. Contudo, há presença de termos técnicos específicos da área arquivística compreendidos tão somente pelos seus respectivos profissionais. Logo as informações deste inventário estariam inseridas no nível mais elevado de informatividade. |
| Situacionalidade | A massa documental deste fundo foi constituída pelo seu produtor (ABF) e estão relacionadas tanto as suas atividades privadas, quanto as atividades profissionais. Dentre os principais documentos, encontram-se aqueles produzidos em decorrência das várias funções exercidas em cargos políticos e cargos de presidência, direção, assessoria e administração de empresas do setor privado. Os principais tipos documentais encontrados são: correspondências, contratos, relatórios, estatutos, programas, atas de reuniões. Verifica-se, portanto, que as descrições no quadro de arranjo estão |

| | |
|------------------------------------|---|
| | <p>dispostas por séries, ou seja, os documentos estão organizados de forma temática. Os tipos documentais estão descritos de maneira bastante detalhada sendo possível a percepção de elevado subjetivismo por parte de quem as descreveu.</p> |
| Intertextualidade | <p>O texto é plenamente compreendido, não havendo a necessidade de conhecimento de outros documentos para interpretá-lo. Contudo, há presença de descritor neste inventário que possibilita a interação dos usuários a outros fundos custodiados pela instituição (APM), possivelmente relacionados à personalidade envolvida e devido às questões vinculadas ao contexto político vivenciado na época.</p> |
| Aceitabilidade | <p>Não se aplica.</p> |
| Intencionalidade | <p>As informações contidas no texto estão dispostas de forma completamente intencional, cumprindo assim seu objetivo principal de informar e dar acessibilidade aos documentos de arquivo. Esta característica é prerrogativa indispensável aos instrumentos de pesquisa arquivística.</p> |
| Fatores de Contextualização | <p>É perceptível no descritor referente aos dados bibliográficos onde são descritos o nome, a naturalidade, datas de nascimento e falecimento, e datas referentes às funções e atividade de ABF; e no quadro de arranjo, através das datas-limites oriundas dos respectivos documentos.</p> |
| Consistência e Relevância | <p>O texto apresenta consistência em torno de toda sua estrutura não havendo nenhum indício de contradição entre os enunciados. A consistência também pode ser presumida em decorrência da veracidade das informações pertencente a uma personalidade pública notoriamente reconhecida.</p> |

| | |
|--------------------|---|
| | Admite-se a relevância do texto por estar norteadada pela NOBRADE para realização das descrições arquivísticas, bem como a utilização de quadro de arranjo possibilitando a recuperação da informação, cumprindo assim aos fins que lhe são atribuídos, estando às partes dos enunciados em harmonia com a temática principal do texto sugerido inicialmente. |
| Focalização | Não se aplica. |

Fonte: Elaborado pelo autor. Dados da pesquisa 2018.

4.2 Aplicações de elementos semânticos aos inventários do AN: Fundo de Marquês do Lavradio e Fundo do Instituto Nacional do Sal – INS.

Quadro 6 – Aplicações da análise semântica ao inventário de Marquês do Lavradio

| Fundo Pessoal: Marquês do Lavradio (Inventário) | |
|--|---|
| Coerência | É possível constatar que o texto se encontra de forma organizada e logicamente coerente, ao longo de todo o documento. As informações referidas a cada descritor contemplam fielmente o sentido proposto por seus enunciados, garantindo assim a coerência em toda a estrutura textual. |
| Coesão Textual | As sequências das frases e orações apresentam conectores, que interligam as palavras e os parágrafos, de modo a garantir a construção de sentido do documento possibilitando a adequada compreensão do mesmo. |
| Informatividade | A estrutura textual apresenta sequência logicamente articulada, progredindo na medida em que as informações vão sendo fornecidas. Por se tratar de um Inventário arquivístico, possui informações de conhecimento específico da área arquivística sendo possível encontrar termos |

| | |
|---------------------------------|--|
| | <p>técnicos utilizados especialmente pelos profissionais na área de arquivos. Conclui-se, portanto, que o nível de informatividade neste documento é o mais elevado.</p> |
| <p>Situacionalidade</p> | <p>A massa documental foi doada pela Academia Brasileira de Letras ao AN, e se refere às atividades exercidas por Marques do Lavradio a época em que atuou como governador da capitania da Bahia e como vice-rei do Brasil (séc. XVIII). Os documentos do fundo estão relacionados a questões administrativas, políticas e econômicas.</p> <p>Os principais tipos e assuntos documentais são: correspondências ativas, passivas e de terceiros; relatórios e estudos de incentivo à produção na área agromanufatureira; livros de registro, manual de escrituração contábil; prestação de contas; diários de expedições militares; acórdão; alvarás e cartas de lei; e mapas estatísticos de recenseamento.</p> <p>O quadro de arranjo do fundo está descrito em forma seriada, por espécie documental e assunto, estando os documentos organizados tematicamente. Observa-se da descrição nas espécies documentais, elevada variedades de detalhes presumindo pequenos resumos desses documentos, o que fica explícito alto teor de subjetividade por parte de quem os descreveu.</p> |
| <p>Intertextualidade</p> | <p>Não existe necessidade de conhecimento de textos externos para compreensão do documento. Percebe-se também neste inventário, a inexistência de descritor que faça remissiva a pesquisa em outros inventários da instituição (AN), provocando possível “silêncio documentário”</p> |

| | |
|------------------------------------|---|
| | impossibilitando a pesquisa em outros fundos que se assemelham a este em decorrência do contexto em questão. |
| Aceitabilidade | Não se aplica. |
| Intencionalidade | A intencionalidade é aplicável ao texto pelo fato de ser um instrumento de pesquisa arquivístico, cujo principal objetivo é proporcionar a acessibilidade, a recuperação e a difusão dos acervos documentais de característica permanente. |
| Fatores de Contextualização | Encontram-se fatores de contextualização no tópico de “Apresentação”, onde são fornecidas datas de acumulação e doação do acervo; e algumas datas referentes a cartas pessoais do século XVIII, que mais tarde foram transcritas pelo AN. Encontram-se também datas dos principais períodos de ascensão do Marquês do Lavradio, no tópico de “Dados Bibliográficos”; e nas descrições dos tipos documentais nos quadros de arranjo, onde são mencionados: localidade, data e número de microfilme. |
| Consistência e Relevância | O texto não apresenta nenhum indício de contradição, estando garantida a consistência com que as informações são transmitidas. Também é prerrogativa deste texto, a veracidade das informações, haja vista, se tratar de um acervo de uma personalidade pública notoriamente reconhecida em períodos de Brasil - Colônia. A relevância no texto se dá por apresentar formato em Ficha Técnica, modelo utilizado anteriormente ao advento da NOBRADE, e, adiante, a exposição do quadro de arranjo dando acessibilidade aos documentos, cumprindo os objetivos a que foi proposto estando cada tópico em conformidade |

| | |
|--------------------|---|
| | com o tema principal sugerido no documento. |
| Focalização | Não se aplica. |

Fonte: Elaborado pelo autor. Dados da pesquisa 2018.

Quadro 7 – Aplicações da análise semântica ao inventário do Instituto Nacional do Sal – INS (Inventário Sumário dos Documentos Textuais e Impressos)

| Fundo Institucional: INS (Inventário) | |
|--|--|
| Coerência | As distribuições das palavras e dos enunciados se encontram semanticamente adequadas garantindo a sequência lógica em torno de toda a estrutura textual. |
| Coesão Textual | Não há presença de quebras de sentido entre as palavras, frases e parágrafos. Os conectores linguísticos estão dispostos na estrutura textual de modo a possibilitar a compreensão semântica entre as orações e os períodos do início ao fim do texto. |
| Informatividade | O texto é direto e sucinto, podendo ser compreendido pelo leitor. Contudo, destaca-se a utilização de termos técnicos específicos da área arquivística, aos quais são manipulados habitualmente pelos profissionais arquivistas. Conclui-se, portanto, que a informatividade possui o nível mais elevado neste inventário. |
| Situacionalidade | A massa documental foi recolhida ao AN através do processo 000236/85, de 22/02/1985, e se refere a uma autarquia vinculada na época à Presidência da República. Dentre as principais atribuições do INS, tem-se a organização dos registros das salinas; o estímulo à instalação de armazéns; a aquisição de navios adequados ao transporte do sal; a padronização do sal; a facultatividade de intervenção na regulação do mercado; e a criação |

| | |
|------------------------------------|--|
| | <p>de fábricas de embalagens.</p> <p>Os principais documentos são: conteúdo bibliográfico (publicações do órgão e de livros sobre sal), relatórios de atividade, organogramas da administração, pareceres da Procuradoria, minutas de contrato, boletins informativos, correspondências, legislação salineira, documentação fiscal, processos administrativos, etc.</p> <p>Os documentos deste inventário se encontram organizados por conteúdo em seu quadro de arranjo, dispondo ainda de um índice cronológico e temático. Observa-se, portanto, que as descrições se restringem a simples enunciação dos impressos e dos tipos documentais, sem exprimir mais detalhes caracterizando imparcialidade por parte de quem as descreveu.</p> |
| Intertextualidade | <p>A perfeita compreensão do inventário está garantida sem a necessidade de prévio conhecimento de outros textos. Não é perceptível neste inventário a presença de descritor que faça interligação com outros fundos de arquivo na instituição (AN), podendo dificultar a difusão da informação em decorrência de possível “silêncio documentário”.</p> |
| Aceitabilidade | <p>Não se aplica.</p> |
| Intencionalidade | <p>Por ser um instrumento de pesquisa arquivístico (Inventário), já possui a característica primária de informar. Logo, a sua intencionalidade é uma prerrogativa inerente neste tipo texto.</p> |
| Fatores de Contextualização | <p>Percebem-se os fatores de contextualização em subtópicos da área de identificação e da área de contextualização, e datas dispostas na</p> |

| | |
|----------------------------------|--|
| | organização do índice cronológico do quadro de arranjo. |
| Consistência e Relevância | <p>Ao longo do texto é perceptível a continuidade da construção de sentido, apresentando coerência e coesão textual. A veracidade das informações se dá em decorrência do INS ser uma autarquia vinculada a Presidência da República com importantes atribuições no gerenciamento de atividades econômicas entre as décadas de 1940-1960.</p> <p>A relevância no texto se dá pela utilização fiel da NOBRADE, e por fim descrições no quadro de arranjo, cumprindo assim os objetivos propostos estando cada tópico em conformidade com o tema ou ideia principal sugerida no documento.</p> |
| Focalização | Não se aplica. |

Fonte: Elaborado pelo autor. Dados da pesquisa 2018.

Observou-se da aplicabilidade dos elementos semânticos aos quatro inventários selecionados, que alguns foram passíveis de análise em detrimento de outros, devido suas características específicas no tocante a observação direta entre locutor e interlocutor. Dentre os elementos analisáveis se destacaram: coerência; coesão textual; informatividade; situacionalidade; intertextualidade; intencionalidade; fatores de contextualização; consistência e relevância; e aos não analisáveis apenas aceitabilidade e focalização.

Quanto aos elementos, aceitabilidade e focalização, constataram-se suas não-aplicações, por se tratarem de elementos que relacionam interação entre locutor/interlocutor e análise de compreensão de entendimento a partir de mais de dois indivíduos, a fim de detectar possíveis ambiguidades e/ou polissemias advindas das diferentes formas de como esses indivíduos interpretam determinado texto.

Desta forma, a aceitabilidade se torna um elemento semântico pouco provável de ser analisado no contexto dos inventários arquivísticos, pois remonta a necessidade de aceitação de um texto ou enunciado que esteja semanticamente incorreto ao exercício do interlocutor de compreendê-lo, fato este não evidenciado

nos instrumentos de pesquisa analisados. A focalização, ainda que pouco provável sua detecção, poderá se tornar possível quando as análises forem feitas em níveis externos ao texto, ou seja, através da observação dos indivíduos que estão praticando a interpretação dos textos ou dos documentos.

Percebeu-se que as descrições dos quadros de arranjo nos inventários dos fundos privado/pessoal, tanto do APM, quanto do AN, apresentam um pouco mais de detalhes a respeito dos documentos, em relação aos respectivos inventários público/institucional. Enquanto que as descrições nos quadros de arranjo dos inventários público/institucional apresentam tão somente as identificações dos tipos documentais, os inventários privado/pessoal acrescentam as descrições para além deste, estando seus quadros de arranjo organizados em forma seriada e em seguida breves descrições dos conteúdos dessas séries.

Constata-se, portanto, que os inventários privado/pessoal são organizados por séries o que acarreta um nível maior de detalhamento às descrições destes fundos. Observou-se que os inventários do AN disponibilizam, além de seus quadros de arranjo descrito por conteúdo, uma pesquisa através de índices cronológicos e temáticos, fato este não evidenciado nos inventários do APM.

Em contrapartida, os inventários analisados do APM, apresentam o descritor “Outros fundos a serem consultados”, possibilitando a ampliação da pesquisa devida possíveis assimilações que alguns fundos possuem em decorrência de seus assuntos ou contextos que possam estar inseridos.

É comum entre três inventários (CDBH, ABF e INS) a utilização da NOBRADE para a realização das descrições, e ao fundo de Marques do Lavradio a descrição se encontra em formato de Ficha Técnica, ou seja, padrão de descrição utilizado pelo AN anteriormente a criação da norma utilizada atualmente, contudo são verificadas muitas similaridades a NOBRADE.

Conclui-se que existe certa necessidade quanto da produção do instrumento de pesquisa (inventário) nesses fundos privado/pessoal, na forma de seriação, pelo fato de o conteúdo dos documentos, na maioria das vezes, estarem vinculado às atuações dos indivíduos, quer seja de âmbito pessoal ou profissional. Diante disso, ocorrem transmissões de informações para além das simples descrições das espécies e tipos documentais o que ocasiona certos subjetivismos por parte de quem as descreve.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Discutiu-se neste trabalho questões relacionadas ao modo de como se apresentam as formas das estruturas semânticas dos inventários de instituições arquivísticas brasileiras, por intermédio de elementos de construção de sentido. Para isso, fez-se uma construção teórica e conceitual a respeito da Representação Arquivística e Linguística Textual, utilizando a interdisciplinaridade entre essas duas áreas, no intuito de promover o desenvolvimento sistemático e metodológico na disciplina arquivística.

Verificado o modo como estão desenvolvidos os instrumentos de pesquisa analisados, constatou-se que não existem diferenças, mas sim semelhanças na abordagem acerca da representação em grande parte das instituições arquivísticas nacionais, e o subjetivismo continua sendo a maneira mais praticada entre os arquivistas no que tange as elaborações desses instrumentos de pesquisa, fato evidenciado principalmente nas descrições dos fundos privado/pessoal.

Através da aplicação dos questionários aos inventários, fizeram-se as respectivas comparações, por meio das categorias semânticas sobre as políticas em torno da Representação Arquivística, evidenciando-se, portanto, ausência destas políticas para uma normatização quanto aos parâmetros semânticos para elaboração de seus respectivos instrumentos de pesquisa.

Ampliando o escopo em torno das análises semânticas dos instrumentos de pesquisa tomado como objeto os inventários arquivísticos, este trabalho complementou ao projeto de pesquisa: “A Representação Arquivística na tradição brasileira: subsídios para a elaboração de um modelo ideal de ensino por meio da semântica textual”, na qual abordou sobre a análise semântica de catálogos arquivísticos.

Discutiu-se exaustivamente a respeito da classificação e descrição arquivística por se tratar de duas atividades intrinsecamente relacionadas uma a outra e como fazendo parte de um único processo representativo da informação. Da mesma forma, ao levantamento bibliográfico em torno da LT para fundamentação e seleção de elementos semânticos para as posteriores observações aos objetos do trabalho.

Admite-se, portanto, que os níveis de análises em torno desta vertente de pesquisa, ainda continuam extremamente baixos, o que poderá influenciar novas

pesquisas em outras instituições arquivísticas brasileiras e em outros objetos arquivísticos, a exemplo dos guias e planos de classificação corriqueiramente utilizados pelos profissionais da área.

Cabe destacar que a adequada utilização e manipulação dos recursos e saberes linguísticos por parte do profissional arquivista, na aplicação de seu trabalho cotidiano, lhe proporciona o refinamento das análises, tanto de interpretação como das seleções dos termos mais adequados para a representação da informação.

Com o advento da informatização e a conseqüente otimização dos fluxos informacionais na atualidade e suas influências na Arquivologia, almeja-se em pesquisas posteriores, o aprofundamento das relações Arquivísticas com a Ciência da Informação e aos processos de Indexação no âmbito dos documentos arquivísticos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARQUIVO NACIONAL (Brasil). **Dicionário brasileiro de terminologia arquivística**. Rio de Janeiro, 2005. 232p., Publicações Técnicas, n. 51, ISBN: 85-7009-075-7.

BARROS, T. H. B. **A Indexação e a Arquivística: aproximações iniciais no universo teórico da organização e representação do conhecimento**. *Encontros Bibli*, v. 21, p. 33-44, 2016.

BEARMAN, D. **Documenting documentation**. *Archivaria*, 34 (summer), p.33-49, 1999.

BELLOTTO, H. L. **Arquivos permanentes: tratamento documental**. 2ª Ed. Rio de Janeiro: FGV, 2004.

BERNÁRDEZ, Enrique. **Introducción a la lingüística del texto**. Madrid: Espasa-Calpe, 1982.

COOK, T. **Fashionable Nonsense or professional rebirth: postmodernism and practices of archives**. *Archivaria*, 51 (spring), p. 14-35, 2001.

FÁVERO, L. L.; KOCH, I. G. V. **Linguística textual: uma introdução**. São Paulo: Cortez, 1994.

_____. **Linguística Textual: introdução**. – 10. Ed. – São Paulo: Cortez, 2012.

FIORIN, J. L. A linguagem em uso. In: José Luiz Fiorin (Org.). **Introdução à Linguística I. Objetos teóricos**. 2 ed. São Paulo: Contexto, v. 1, p. 165-186, 2003.

_____. **Prefácio do livro Introdução à Linguística II. Princípios de análise**.

São Paulo: Contexto, 2003.

GARCIA, O. M. C.; SCHUCH JUNIOR, V. F. **A aplicação da Arquivística Integrada considerando os desdobramentos do processo a partir da classificação**. *Informação & informação (UEL. Online)*, v. 7, p. 41-56, 2002.

GERHARDT, T. E; SILVEIRA, D. T (Org.). **Métodos de Pesquisa**. 1. ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS. v. 1. 118p. 2009.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

HEREDIA HERRERA, A. **Archivística general: teoría e práctica**. Sevilla, Espanha; Diputación Provincial de Sevilla, 1993.

_____. **Manual de instrumentos de descripción documental**. Sevilla: Diputación Provincial, 1982.

JENKINSON, H. **A manual of archive administration: including the problems of war archives and archive making**. Oxford: The Clarendon Press, 1922.

KOCH, I. G. V. **Linguística textual: retrospecto e perspectivas**. Alfa, São Paulo, 41: 67-78, 1997.

_____. **Introdução à Linguística Textual: trajetória e grandes temas**. – 2. ed. – São Paulo : Contexto, 2015.

KOCH, I. G. V; TRAVAGLIA, L. C. **Texto e coerência**. São Paulo: Cortez, 1992.

LAKATO, E. M; MARCONI, M. A. **Fundamentos de metodologia científica**. 5. ed. - São Paulo: Atlas, 2003.

LINS, M. P. P. **A Pragmática e a análise de textos**. 2007.

MARCUSCHI, L. A. **Linguística textual: o que é e como se faz**. Recife, UFPE. Séries DEBATES. v.1, 1983.

MARCUSCHI, Luiz Antônio et al. **Gêneros textuais: definição e funcionalidade**. Gêneros textuais e ensino. Rio de Janeiro: Lucerna, v. 20, 2002.

MARTINS, W. R. **A representação arquivística na tradição brasileira: subsídios para elaboração de um modelo ideal de ensino por meio da semântica textual**. 2016. 60 f. Monografia (Trabalho de Conclusão de Curso). – Faculdade de Arquivologia, Universidade Federal do Pará, Belém, Pará. 2016.

MARTINS, W. R.; BARROS, T. H. B. Estruturas Semânticas da Representação do Conhecimento Arquivístico: Analisando elementos estruturantes e de conteúdo. In: SIMÕES, M. G.; BORGES, M. M (Org.). **Tendências Atuais e Perspectivas Futuras em Organização do Conhecimento**. 1º ed. Coimbra: Ed. da Universidade de Coimbra, v. 1, p. 747-759, 2017.

OLIVEIRA, L. M. V. de. **Modelagem e status científico na descrição arquivística no campo dos arquivos pessoais**. 2010. Tese (Doutorado em História Social). – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011.

ORLANDI, E. P. **O que é Linguística?** Ed. Brasiliense. 1986.

PRODANOV, C. C.; FREITAS, E. C. de. **Metodologia do trabalho científico [recurso eletrônico]: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico.** 2º ed. Novo Hamburgo: Feevale, 2013.

RAB. **Grupo de Estudos de Representação em Arquivos e Bibliotecas.** 2015.

RIOS, E. R; CORDEIRO, R. I. N. **Plano de classificação de documentos arquivísticos e a teoria da classificação: uma interlocução entre domínios do conhecimento.** Perspectiva em Ciência da Informação, Belo Horizonte, v.15, n.2, p.123-139, maio/ago. 2010.

RODRIGUES, G. M. A representação da informação em arquivística: uma abordagem a partir da perspectiva da norma internacional de descrição arquivística. In: RODRIGUES, G. M.; LOPES, I. L (Orgs.). **Organização e representação do conhecimento na perspectiva da Ciência da Informação.** Brasília: Thesaurus, 2, p. 210-230, 2003.

ROUSSEAU, Jean-Yves; COUTURE, Carol. **Les archives au XXe siècle.** Montreal, Canadá: Université de Montréal, 1982.

SHELLENBERG, T. R. **Arquivos modernos: princípios e técnicas.** Rio de Janeiro: FGV, 1974.

SHEPHERD, E.; YEO, G. **Managing records: a handbook of principles and practice.** London: Facet, 2003.

TOGNOLI, N. B. **A representação na Arquivística contemporânea.** Revista Ibero-Americana de Ciência da Informação, v. 5, p. 79-92, 2012.

VAL, M. G. C. **Redação e textualidade.** São Paulo: Martins Fontes, 1991.

ZAVAGLIA, C. **Ambiguidade gerada pela homonímia: revisitação teórica, linhas limítrofes com a polissemia e proposta de critérios distintivos.** DELTA, São Paulo, v. 19, n. 2, p. 237-266, 2003.